



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Praia
Jovens escolhem ser “peixeiros” contra desemprego e crime

Págs. 6 a 7 in ETC



Crise na Câmara da Praia

Francisco Carvalho avisa: “Eu não sou de aventuras”

Págs. 2 e 3

São Domingos

Câmara ausculta comunidade em Portugal e traça novas parcerias

Págs. 10 a 11

Tarrafal de Santiago

Q’ Ideia quer ajudar jovens do Município

Pág. 16

Tóquio2020

Troy Pina estreia-se nos 50 metros livres

Pág. 12

Vereadores à experiência



Pág. 19

OPINIÃO
Gustavo Araújo

A crise nos transportes aéreos

Págs. 8 e 9 in ETC



Azaiaz ‘versus’ Sos Mucci

Afinal, quem é o criador do “Afronaná”?

Págs. 2 e 3 in ETC

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

Receitas e Dicas —

Passatempo —



Crise na Câmara da Praia, Francisco Carvalho avisa

“Eu não sou de aventuras”

Francisco Carvalho considera que a razão está do seu lado no diferendo que mantém com os vereadores do PAICV Samilo Moreira e Chissana Magalhães. Entende que a crise na Câmara da Praia só será resolvida por “especialistas” que dominam a legislação autárquica e faz saber: “Eu não sou de aventuras”.

Daniel Almeida

A situação de crise política instalada na Câmara Municipal da Praia (CMP) parece não preocupar Francisco Carvalho que considera que a questão das competências do presidente e dos vereadores terá que ser resolvida “por terceiros”.

Contudo, perguntado pelo A NAÇÃO se esses terceiros seriam as instâncias judiciais, foi taxativo a afirmar que não. Isto é, no seu entender, a crise, que já provocou a desprofissionalização de dois vereadores do PAICV, partido que sustenta a

CMP, deixando essa força política em minoria, deve ser resolvida “por especialistas através de artigos de opinião”.

Sim, isto mesmo, “artigos de opinião”, negando com isso o aspecto político da questão que, a seu ver, não existe ou não se põe.

“Neste momento quem deve pronunciar-se sobre essa situação são entidades terceiras, porquanto não deve ser objecto de tira-teimas entre o presidente e os vereadores”, reitera o nosso entrevistado que nega, entretanto, haver qualquer impasse na ges-



Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIV | N° 726 | 29 de Julho de 2021 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Criselene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermindo de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

“Na paz de Deus”

Francisco Carvalho entende que, na sua eleição como presidente da Câmara Municipal da Praia, “ficou evidente um novo discurso, que prima pela transparência e pelo rigor na gestão da coisa pública. Isso emergiu e ficou evidente”.

Aparentando tranquilidade, o presidente da CMP parece não incomodar-se com nada nem com ninguém. Também é pouco claro no que diz, parecendo ter prazer em ser lacónico e enigmático.

Por exemplo, questionado sobre como vê o seu futuro político, tendo em conta o desgaste que a crise na sua equipa camarária terá provocado

na sua imagem, a resposta foi: “Na paz de Deus”.

E sobre uma eventual candidatura sua à liderança do PAICV, cujas eleições estão marcadas para Dezembro, próximo, voltou a preferir não abrir o jogo. Como diz, as questões relacionadas com a liderança do PAICV “têm o seu próprio tempo”.

E, finalmente, sobre a eventualidade da realização de eleições intercalares na CMP, para a saída da crise em que o executivo camarário se encontra, deixa entender também que não receia essa possibilidade.

“Temos de estar preparados para aceitar a realidade, seja ela qual for”.

tão da principal autarquia do país.

“Os especialistas que dominam a legislação autárquica devem pronunciar-se sobre o assunto para clarificar a opinião pública”, recomenda.

Perguntado se considera que a razão está do seu lado nesse braço-de-ferro com Samilo Moreira e Chissana Magalhães, o edil afirma estar seguro das suas posições.

“Sou altamente rigoroso e sério naquilo que faço”

“Raramente dou um passo se não estou tremendamente seguro. Eu não sou de aventuras. Sou altamente rigoroso e sério naquilo que faço”.

E, nisto, assegura igualmente que não se envolve “em jogos” e muito menos “brinca com assuntos sérios”.

Entretanto, tendo em conta o e-mail de Samilo Moreira enviado à então líder do PAICV, Janira Hoppfer Almada, nas vésperas das eleições autárquicas de Outubro de 2020, e as quezilas registadas na equipa camarária nestes nove meses, A NAÇÃO quis saber se a lista de vereadores foi-lhe imposta, ou não, ao que respondeu inicialmente que não.

“A mim ninguém impõe nada, em nenhum lugar”, disse – para depois, diante da nossa insistência, deixar a entender que houve interferências na feitura das listas para as referidas eleições.

“Se fui eu que fiz a equipa, ou não, é totalmente irrelevante”.

Questionado, finalmente, sobre os motivos desta crise na CMP poucos meses após as eleições autárquicas, de forma lacónica, respondeu: “Essa é uma das grandes oportunidades do PAICV, nos últimos tempos: oportunidade de afirmar uma linha identitária e uma linha discursiva, que vá ao encontro daquilo que mais a sociedade acalenta”.

Crise continua na CMP

Logo no início deste mês, o presidente da CMP, Francisco Carvalho, acusou os vereadores do PAICV Samilo Moreira e Chissana Magalhães de tentativa de perturbar o normal funcionamento da autarquia e anunciou que os mesmos tinham sido desprofissionalizados dos respectivos cargos.

A razão disso deveu-se, segundo Francisco Carvalho, a um “conjunto de medidas fundamentais”, que foram “compromissos assumidos” durante a campanha eleitoral, cuja bandeira foi a transparência e o combate à corrupção.

Após o anúncio feito pelo autarca da Praia, os vereadores Samilo Moreira e Chissana Magalhães acu-

saram Francisco Carvalho de “autoritarismo”, manipulador da verdade e violador da lei.

Em contrapartida, seis dos nove vereadores da autarquia da Praia (quatro do MpD e dois do PAICV), reunidos em sessão extraordinária, na mesma ocasião, deliberam anular o despacho presidencial que retirava as funções a tempo inteiro e a consequente desprofissionalização dos vereadores Samilo Moreira e Chissana Magalhães.

As próximas semanas, para não dizer meses, vão ser decisivas para o futuro da actual CMP, com o MpD a aumentar o tom das suas críticas à gestão de Francisco Carvalho.

Fim da crise na Câmara Municipal de São Vicente?

Em São Vicente, ao que tudo indica, os membros da Câmara Municipal, do MpD, UCID e PAICV, resolveram enterrar o machado de guerra, pondo fim a uma crise que se arrastava desde a tomada de posse dos novos órgãos municipais eleitos nas autárquicas de Outubro de 2020.

Depois de um longo braço-de-ferro, durante o qual foi desafiado pelo PAICV a cumprir a ameaça de desprofissionalizar os deputados desse partido e os da UCID, o edil Augusto Neves decidiu atribuir novas competências aos vereadores “insurgentes”, por um período de três meses, conforme memorando de entendimento comunicado pelo vice-presidente da Assembleia Municipal de São Vicente.

Albertino Gonçalves disse, em declarações à imprensa, na terça-feira, 27, que a AM intermediou, a pedido dos vereadores da UCID e do PAICV dois encontros, entre estes, Augusto Neves e os vereadores do MpD.

Conforme o documento, o presidente da CMSV aceita delegar as

competências de Protecção Civil ao vereador Anilton Andrade (UCID), por um período de três meses, a contar da data de assinatura do presente memorando.

Com o consenso alcançado, Augusto Neves aceita também partilhar o pelouro de Urbanismo com o vereador Samuel dos Santos, também da UCID, “recebendo deste técnico apoio e assessoria”, por igual período, que depois passará pela mesma avaliação.

A vereadora Celeste da Paz, do PAICV, também irá receber o pelouro da Infância e Protecção de Menores após acordo alcançado entre Augusto Neves e o vereador do seu partido Rodrigo Martins.

Com esta solução é de se esperar que a Câmara Municipal de São Vicente entre agora num período de acalmia. Os próximos três meses poderão, entretanto, indicar até que ponto o relacionamento entre Augusto Neves e os seus pares irá funcionar ou não.

DA



Augusto Neves

Câmara da Praia provoca caos no Clube de Ténis



O Clube de Ténis da Praia está em rota de colisão com a Câmara Municipal (CMP), acusando esta de estar a violar o contrato estabelecido entre as partes, no âmbito da cedência dos terrenos dessa agremiação desportiva para a construção da nova embaixada dos EUA. O executivo de Francisco Carvalho mandou demolir duas casas e parte da vedação dessas instalações desportivas, criando o caos no outrora campo de ténis.

Daniel Almeida



O Clube de Ténis, na Várzea, está a atravessar por uma situação caótica. Sem a anuência da direcção do clube, a CMP resolveu demolir parte das vedações e dois imóveis onde residiam pessoas que garantiam a segurança dos equipamentos desportivos dessa agremiação.

Com isso, as instalações do clube ficaram vulneráveis a actos de vandalismo. O pior aconteceu no passado fim-de-semana, com o roubo das redes de dois campos de ténis, impossibilitando, assim, a prática dessa modalidade na capital do país.

Numa carta endereçada ao presidente da CMP, que A NAÇÃO teve acesso, o presidente da direcção do Clube, António Pedro Borges, começa por dizer que “aconteceu o que receávamos e lhe informámos no nosso encontro do passado dia 06 de Julho:

roubaram os equipamentos do Clube de Ténis, designadamente as duas redes de dois dos courts do fundo do Clube, num valor de mais cinquenta contos”.

“Com efeito, a precipitação com que a Câmara demoliu as duas casas e o muro de vedação aí existentes, sem qualquer tipo de comunicação com os legítimos donos, criou um vazio, que como deve saber, na Cidade da Praia é imediatamente ocupado pelos vândalos e ladrões, conforme lhe dissemos no citado encontro e que infelizmente se concretizou”, realça.

Contudo, a promessa de que os responsáveis da CMP iriam verificar a situação que algumas medidas seriam tomadas, “não passou de mesmo de promessa”.

Com esta situação, conforme António Pedro Borges, ficam assim impedidos de praticar ténis, dezenas de jovens, e não só,

da cidade da Praia, e “fica contrariado o princípio basilar do contrato que assinámos com a CMP e que estabelecia que nenhuma acção seria empreendida nas nossas instalações antes da construção e entrega ao Clube de novos courts completamente equipados”.

“Já era de mau agouro a total insensibilidade demonstrada para com a modalidade de ténis pelo responsável da Câmara pelo desporto, claramente manifestada ao Presidente da Associação de Ténis da Praia e a demolição da vedação que teria sido feita sem o conhecimento do próprio Presidente”, afirma.

O presidente do Clube de Ténis diz que os amantes dessa modalidade receiam que “isso seja o prenúncio de uma situação de caos e de abandono que crie condições para a ocupação das instalações por outrem, que não os

donos legítimos, o Clube de Golf e Ténis da Praia, e contrário ao espírito do contrato que assinámos com a Câmara”.

Francisco Carvalho, enigmático e lacónico

A NAÇÃO tentou obter uma reacção do presidente da CMP sobre essa situação, mas obtivemos esta resposta lacónica e enigmática de Francisco Carvalho: “Quem deve se pronunciar sobre isso é a própria direcção do clube. Acho que por agora é melhor ficarmos só com os seus factos”.

Durante a conversa que mantive com este jornal, Carvalho mostrou-se pouco preocupado com as consequências da sua decisão. Mesmo diante da eventualidade de um recurso judicial, por parte dos responsáveis do Clube de Ténis, respondeu não temer

essa via para resolver o problema que ora se coloca com a demolição efectuada pela CMP.

Com a cedência dos terrenos do Clube de Ténis para a construção da embaixada dos EUA, existe um contrato para a construção de novas instalações do clube na zona do Palmarejo, assinado pelo executivo anterior, de Óscar Santos. Sobre o arranque destas obras, Francisco Carvalho diz que as mesmas serão anunciadas “no momento oportuno” e esse “momento oportuno” será “quando chegar a hora”.

Até o fecho desta edição, o autarca não tinha reagido à carta que lhe foi endereçada pelo presidente do Clube de Ténis da Praia, António Pedro Borges, no domingo, 24, sobre o estado em que se encontra, neste momento, os equipamentos dessa agremiação, na Várzea.

CURSOS DE VERÃO 2021

 INSCRIÇÕES ABERTAS

- ▶ Inglês Prático **29.07.21**
- ▶ Regime REMP **11.08.21**
- ▶ Algoritmo e Estrutura de Dados - Turmas A e B **02.08.21**
- ▶ Excel Intermédio **09.08.21**
- ▶ Marketing e Gestão de Redes Sociais **16.08.21**
- ▶ Empreendedorismo e Criação de Negócio **17.08.21**
- ▶ Business English **18.08.21**
- ▶ Excel Avançado **23.08.21**
- ▶ Técnicas de Tratamento e Análise de Dados Estatísticos, Teoria e Prática **24.08.21**
- ▶ Pilotagem de Drone **25.08.21**
- ▶ Introdução à Arte **31.08.21**
- ▶ Help Desk e Administração de Sistemas Operativos de Rede **01.09.21**
- ▶ Formação Pedagógica Inicial de Formadores **06.09.21**
- ▶ Inteligência Emocional no Trabalho **13.09.21**
- ▶ Higiene e Segurança Alimentar na Restauração **18.09.21**
- ▶ Formação Pedagógica Avançada de Formadores - E-learning **ONLINE**

GABINETE DE FORMAÇÃO PERMANENTE

tel: + 26090 00 - cvmovei: +238 979 5555 - viber: +238 972 2222 - email: gfp@cv.unipiaget.org - morrico@cv.unipiaget.org / web : www.unipiaget.edu.cv

Covid-19

Óbitos continuam a descer



Até ao fecho desta edição, os números associados à pandemia da covid-19 no país são mais motivadores e traduzem a tendência decrescente em termos de óbitos e mais ou menos estacionária em termos de novos casos.

Dados do Ministério da Saúde, avançados pelo director-geral Jorge Barreto, na segunda-feira, 26, apontam para 12 óbitos em Julho (mais um na terça-feira, perfazendo 13), contrastando com os 22 registados em Junho, e 45 no mês de Maio.

De notar que, quanto a óbitos, só o município de São Filipe, Fogo, registou até dia 26 de Julho quatro falecimentos, todas pessoas com mais de 80 anos.

Apesar disso, os dados gerais da covid-19 são motivadores, mas que nem por isso deixam de exigir a necessidade

da protecção individual e do cumprimento das medidas de mitigação impostas pelas autoridades sanitárias.

Até porque, se atentarmos ao balanço da covid-19, nos últimos 14 dias, em que foram analisadas 15.238 amostras, equivalente a uma média de 1088 por dia, resultando em 565 casos novos, 40 casos por dia, estamos perante uma taxa de positividade de 3,7%, “idêntica à da semana passada”, mostrando a tendência estacionária e não de diminuição em termos de novos casos.

O número de óbitos, registados em Cabo Verde, associados à covid-19, continuam a decrescer. O Ministério da Saúde aponta para 13 o número de falecimentos em Julho, até ao fecho desta edição, contrastando com os 22 registados em Junho e 45 em Maio.

Gisela Coelho

Taxa de incidência

Quanto à taxa de incidência acumulada nas diferentes regiões do país, Jorge Barreto avançou, citado pela Inforpress, que, no que toca a uma taxa inferior a 25 por 100 mil habitantes, encontram-se os municípios de São Salvador do Mundo, com 23, Tarrafal de Santiago, com 11, São Domingos 21, Santa Cruz 19, Sal 16, e Tarrafal de São Nicolau e Ribeira Grande de Santiago 0, cada um.

Relativamente aos concelhos com a taxa de incidência entre os 25 e 150 por 100 mil,

esclareceu que em relação à Praia, onde houve um ligeiro aumento (90), em relação aos 14 dias anteriores, (62), São Vicente (58), Santa Catarina de Santiago (61), Ribeira Grande de Santo Antão (59), Ribeira Brava (30), São Miguel (73) e São Lourenço dos Órgãos (145).

No que diz respeito à taxa de incidência superior a 150 por 100 mil habitantes, Brava lidera com 486, depois Maio com 465, São Filipe, com 455, Santa Catarina do Fogo com 366, Boa Vista com 167, Porto Novo 221, Paul 247 e Mosteiros 228.

Vacinação

Quanto à vacinação, Jorge Barreto garantiu que esta decorre a bom ritmo: 26,6 % da população geral está imunizada, sendo que a meta do Governo é, recorde-se, atingir os 70% até final do ano.

Conforme essa fonte, há a destacar que 33.839 jovens, entre os 18 e os 39 anos já vacinados. Ainda segundo dados revelados por esse responsável, até ao dia 23 de Julho tinham sido utilizadas 154.916 doses, do total das 409.050, equivalente a uma taxa de 38%, das vacinas recebidas.

No que toca à proporção das pessoas vacinadas com a primeira dose, por concelho, Tarrafal de São Nicolau lidera com 69%, Ribeira Grande de Santo Antão, com 67,8%, Paul, 64%, Sal, 62,4% e Ribeira Brava, 58,9%.

Ainda, os dados técnicos apontados atestam que 4,8% da população adulta já está vacinada com duas doses, sendo que 82,5% dizem respeito a pessoas com 60, ou mais anos.

Também em termos de camadas específicas da população, tida como de risco, no que toca aos doentes crónicos, a taxa é de 44% de vacinados, no pessoal afecto ao turismo a taxa é de 37%, já relativamente aos professores sobe para 56,7%. No que diz respeito aos agentes da polícia é de 20,5% e, no que toca a militares, a taxa é maior, atingindo os 46,4%.

Até ao fecho desta edição, Cabo Verde registava 472 casos activos, 298 óbitos e 33.626 casos acumulados desde Março de 2020.



Ministério do Turismo e Transportes

Nota Informativa

**SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DECRETO LEI N.º 54/2019, DE 10 DE DEZEMBRO
FIXAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE TARIFAS AÉREAS DOMÉSTICAS**

Considerando que o Decreto-Lei N.º 54/2019, de 10 de dezembro, publicado no BO nº 123 I Série, regula o regime jurídico de fixação e atualização da estrutura das tarifas aéreas aplicáveis no transporte aéreo regular doméstico de passageiros de forma transparente e previsível.

O Governo, através da Direção Geral do Turismo e Transportes, vem a público divulgar os artigos mais relevantes do referido Decreto-Lei, para melhor conhecimento dos termos legais e melhor facilitar a relação entre os operadores aéreos, as agências de viagens e os passageiros de uma forma geral.

Tarifas aéreas:

A estrutura tarifária do transporte aéreo regular doméstico de passageiros abrange os seguintes tipos básicos de tarifas aéreas:

- a) **Tarifa Base de Referência;**
- b) **Tarifa Promocional**
- c) **Tarifa Social;** e
- d) **Tarifa flexível.**

1. Tarifa Base de Referência:

As tarifas base de referência para cada linha, nos trajetos de ida, ficam fixadas nos montantes estabelecidos (vide a tabela I abaixo), acrescido da taxa de embarque e da taxa de segurança aeroportuária, podendo ser alteradas por Portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e dos Transportes Aéreos.

**TABELA I: TARIFA DE REFERÊNCIA
(Voos diretos)**

LINHA	CÓDIGO IATA OU OACI	TARIFA BASE DE REFERÊNCIA (IDA/CVE)
Praia- São Vicente/São Vicente-Praia	RAI-VXE/VXE-RAI	9.000
Praia-Sal/Sal-Praia	RAI-SID/SID-RAI	8.500
Praia-Boa Vista/Boa Vista-Praia	RAI-BVC/BVC-RAI	8.100
Praia-São Filipe/São Filipe-Praia	RAI-SFL/SFL-RAI	6.700
Praia-Maio/Maio-Praia	RAI-MMO/MMO-RAI	3.000
Praia-São Nicolau/São Nicolau-Praia	RAI-SNE/SNE-RAI	8.200
Sal-São Vicente/São Vicente-Sal	SID-VXE-VXE-SID	9.100
Sal-Boa Vista/Boa Vista -Sal	SID-BVC/BVC-SID	4.600
Sal-São Nicolau/São Nicolau-Sal	SID-SNE/SNE-SID	7.800
São Vicente-São Nicolau/São Nicolau-São Vicente	VXE-SNE/SNE-VXE	5.600

NOTA. Às tarifas acrescem as seguintes taxas

- Taxa de Embarque: 600\$00/embarque
- Taxa de Segurança Aérea: 150\$00/embarque

2. Tarifa Promocional:

As transportadoras aéreas licenciadas devem oferecer, no período de um ano civil e por cada linha, pelo menos, 20% dos lugares comercializados em tarifa promocional.

3. Tarifa Social:

As transportadoras aéreas licenciadas são obrigadas a comercializar, no período de um ano civil e por cada linha, pelo menos, 10% dos lugares em tarifa social.

As tarifas sociais estão sujeitas a um desconto mínimo de 40% relativamente à tarifa de referência e beneficiam, pelo menos, as seguintes categorias de passageiros:

- Indivíduos com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos;
- Equipas desportivas inscritas nas Federações em competição oficial
- Membros e famílias numerosas* com idade igual ou superior a 12 (doze) anos;
- Estudantes com idades compreendidas entre os 12 (doze) e 25 (vinte e cinco) anos, inclusive.

* Entende-se por família numerosa aquela que esteja constituída por, pelo menos, 4 (quatro) filhos.

4. Tarifa Flexível:

O preço da tarifa flexível é fixado pelas transportadoras aéreas licenciadas, mas, em caso algum, pode exceder 25% da tarifa de referência, devendo, em contrapartida, oferecer ao passageiro prestações ou serviços adicionais, designadamente o transporte de dois volumes na cabine e franquia de bagagem máxima de 30Kg (trinta quilogramas).

5. Voos com escala de ligação:

No caso de voos com escala de ligação (permanência de menos de 24h no ponto de escala) a tarifa é determinada somando o preço dos diferentes segmentos de voos diretos que o passageiro deve tomar para chegar ao destino e multiplicando o resultado por 0,6, sem prejuízo do disposto no número seguinte:

Se da aplicação do disposto no número anterior resultar um preço superior ao indicado na Tabela II, a tarifa máxima a pagar pelos passageiros, com origem/destino São Nicolau e que sejam cidadãos nacionais, é a constante da Tabela II abaixo indicada, nos termos do Anexo IV do DL 54/2019.

TABELA II:

**TARIFA MÁXIMA A PAGAR PELOS CIDADÃOS NACIONAIS NOS VOOS
COM ESCALA DE LIGAÇÃO**

	Voos com escala	Escala (s)	Tarifa máxima não bonificada (IDA)
1.	BVC-SNE	1 (RAI) 2 (SID-RAI)	8.200 “
2.	MMO-SNE	1 (RAI) 2 (RAI-(SID))	8.700 “
3.	RAI-SNE	1 (SID)	8.200
4.	SFL-SNE	1 (RAI) 2 (RAI+SID)	8.500 “
5.	SID-SNE	1 (RAI) 2 (BVC+RAI)	7.800 “
6.	VXE-SNE	1 (SID)	5.600

Observação: Esta Nota Informativa não dispensa a consulta do Decreto Lei nº 54/2019, BO N.º 123, I Série, de 10 de dezembro e a Retificação n.º 166/2019, no BO N.º 128, I Série, de 26 de dezembro no website: www.mtt.gov.cv; www.governo.cv e <https://www.facebook.com/ministeriodoturismoetransportes>

Direção Geral do Turismo e Transportes
Cidade da Praia, 19 de julho de 2021

SOCIEDADE

Porto Novo

Agricultores preocupados com propagação de praga não identificada

No Alto Mira, conforme o apurado pelo A NAÇÃO, a praga atinge, na sua maioria, o cultivo de tomate.

Apesar de não ser tão recente como parece, o representante dos agricultores da localidade, Idarlino Fortes, reconhece que a praga, não identificada, tem aumentado de intensidade nos últimos tempos.

Este homem do campo avança que a praga consegue destruir uma plantação de tomate em apenas três dias, tendo já registado prejuízos com a perda de mais de 70% do cultivo.

Na Ribeira da Cruz, a situação é idêntica e afecta o cultivo da batata doce para o desalento dos lavradores.

Praga resistente e desconhecida

O técnico fitossanitário da delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente no Porto Novo, Nelson Andrade, destaca as dificuldades no combate a esta praga uma vez que ela é resistente a alguns controlos químicos.

Entretanto, Joel Barros, delegado municipal do MAA, ressalva que a situação não é nova e nem alarmante, estando os técnicos a trabalhar com os agricultores, no combate às pragas.

Este responsável assegura que a situação está controlada e que a delegação está “atenta” à problemática das pragas no município.

Para além de pragas desconhecidas, as já identificadas continuam a dar dores de cabeça aos agricultores, como é o caso dos mil-pés, a traça do tomateiro, a lagarta do cartucho do milho.

Os agricultores também queixam-se da invasão de acácias americanas em algumas localidades.



REGIÕES

Os agricultores do Alto Mira e da Ribeira da Cruz, no Porto Novo, Santo Antão, estão preocupados com a disseminação de uma praga não identificada e que tem destruído a cultura de tomate e batata doce. Entretanto, a delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) diz que a situação “não é alarmante”.

Ricénio Lima

Praga da traça do tomateiro

A traça do tomateiro, também resistente a pesticidas e a químicos e de fácil propagação, é recorrente nos terrenos, mas Nelson Andrade destaca que os agricultores têm sabido driblar a situação e conseguido “excelentes produções”.

O uso de químicos e de armadilhas com feromonas, cápsula que libera o cheiro das fêmeas para atrair os machos, tem sido usado pelo MAA e pelos agricultores para combater esta praga que tem atacado tomate e couve na Ribeira Fria, Ribeira dos Bodes e Casa de Meio.

Praga da lagarta do cartucho do milho

A praga da lagarta do cartucho do milho tem sido também controlada com a instalação de armadilhas para detectar presença desse insecto, bem como controlo químico e biológico e desenvolvimento, em laboratório, de parasitas que são, posteriormente, libertados nas parcelas para controlar a reprodução de pragas.

Invasão de acácias americanas

Já no perímetro agrícola da Ponte Sul e Chã de Mato, os agri-

cultores estão preocupados com a invasão das acácias americanas uma vez que, não só consomem muita água, como produzem pragas. Entretanto, o MAA avança que essas árvores têm sido podadas.

Neste momento, a delegação do MAA no Porto Novo está a preparar o ano agrícola com isco e um pesticida em pó para distribuir nas zonas com registo de mil-pés.

Para combater as restantes pragas, Nelson Andrade incentiva os agricultores a fazerem a rotação de terrenos, limpeza dos restos vegetais e

a usarem feromonas como armadilhas.

Agricultores depositam esperança nas chuvas

Apesar de ainda não registarem nenhum sinal de precipitação e das pragas que têm desafiado as culturas em diversos pontos do município no Porto Novo, os agricultores dizem-se esperançosos num bom ano agrícola. Na Ponte Sul, Augusto Fortes, agricultor, coloca fé na queda da chuva e na diminuição de pragas que atacam o tomate na localidade.

Na Ribeira das Patas já se preparam os terrenos com sementeira em pó de batata comum, milho e feijão, esperançosos de um bom ano agrícola, como faz saber o agricultor Arlindo Delgado.

Na Casa de Meio e Ribeira dos Bodes, não obstante as pragas, a esperança também está viva. Os lavradores estão à espera das chuvas e de muita produção. ☀

Você sabia que pode ler **A Nação** de qualquer lugar?

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



Câmara de São Domingos ausculta comunidade em Portugal e traça novas parcerias



Foto @ CM de São Domingos

Equipa da CMSD acompanhada de estudantes Cabo-Verdianos no Instituto Politécnico de Beja

REGIÕES

O edil de São Domingos, Isaiás Varela, esteve, entre 10 e 21 de Julho, em contactos com a comunidade emigrada e estudantes em Portugal, bem como com instituições de ensino e autarquias amigas. O objectivo foi, por um lado, ouvir as preocupações da comunidade e, por outro, reforçar os laços de cooperação e atrair novos projectos e investimentos para o concelho.

A Nação

A visita de 11 dias teve como propósito, segundo Isaiás Varela, reforçar os laços de amizade e cooperação com os municípios geminados, bem como com instituições de ensino e formação no sentido de aumentar o leque de oportunidades formativas para os jovens do concelho.

“Temos uma relação de cooperação com algumas instituições de ensino em Portugal, nomeadamente com os institutos politécnicos de Beja e de Bragança. O objectivo também é explorar novas formas de cooperação, tanto técnica como empresarial, e a possibilidade de desenvolvimento de novos projectos”, explicou o autarca, de regresso a Cabo Verde.

A visita teve ainda o propósi-

to de estimular e incentivar uma participação mais activa dos emigrantes, atrair investimentos e mobilizar recursos para apoiar o município no seu processo de desenvolvimento.

“Queremos explorar novas possibilidades de cooperação com instituições e atrair investidores. Tendo em conta as possibilidades que nós temos a nível do

município é necessário procurar pessoas com know-how e com capitais para ajudarem o concelho no seu processo de desenvolvimento”, justificou.

Mais oportunidades para os jovens

Um dos propósitos da deslocação foi reforçar a cooperação com

as instituições de ensino no sentido de aumentar as oportunidades formativas para os jovens de São Domingos a nível técnico e universitário e também atrair o conhecimento destas instituições para auxiliar no desenvolvimento do concelho.

Uma das ofertas formativas foi disponibilizada pelos Bombeiros e Proteção Civil de Pa-

ços de Arcos através da atribuição de bolsas para licenciatura na área de Gestão de Segurança, Emergência e Proteção Civil na Universidade Atlântica/Escola Universitária de Ciências Empresariais, Saúde, Tecnologia e Engenharia.

Conforme avançou Isaiás Varela, essa universidade proporciona, pelo menos, seis saídas profissionais, das quais destaca-se a formação de formadores, o quadro de comandante e oficial de bombeiros, coordenador operacional municipal, técnico de higiene e segurança no trabalho, director de segurança e tripulante de ambulância de socorro.

A nível dos politécnicos, acrescentou o autarca, foi acordada a



Presidente da CMSD e presidente da CM de Lagoa



Equipa da CMSD acompanhada do presidente e do vice-presidente do Instituto Politécnico de Beja

criação de dois projectos. Um deles refere-se a um programa de estágios, através do qual os estudantes cabo-verdianos a estudar em Portugal regressam para fazer estágios em São Domingos como forma de contribuírem em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do município.

Assistência técnica

O segundo projecto está relacionado com a disponibilização de assistência técnica à Câmara Municipal de São Domingos (CMSD na modernização administrativa e planeamento e ordenamento do território, que é onde, segundo o edil, o município ainda tem um “handicap enorme”.

Por outro lado, os próprios funcionários terão a possibilidade de realizar estágios de curta duração a nível das câmaras geminadas em Portugal.

A nível de investigação, a parceria estabelecida prevê que jovens investigadores venham ao concelho realizar estudos em áreas que podem servir de supor-

te científico à própria CMSD na elaboração de projectos.

Investimento estrangeiro

Com o intuito de atrair investimentos, tanto de empresários portugueses quanto de emigrantes, a CMSD está a trabalhar na criação do gabinete de apoio aos emigrantes e atração de investimentos. Para além de apresentar oportunidades, pretende prestar assessoria na elaboração de projectos.

“Há empresários que querem investir em áreas como energias renováveis, indústria agroalimentar, entre outros, e estamos abertos para receber estes investimentos”, garantiu Isaiás Varela, salvaguardando que, apesar de os investimentos estrangeiros estarem na alçada do Governo central, a câmara vai fazer o seu papel para atrair estes investimentos para o município.

O intuito é apoiar o emigrante ou investidor, disponibilizando informação e documentação directamente na câmara e ajudá-lo a organizar todo o processo do seu investimento e evitar a perda

de tempo com burocracias.

O turismo é outro domínio pretendido para estes investimentos com o objectivo de gerar empregos e rendimento para empresas e famílias a partir do aproveitamento das potencialidades do turismo de montanha e de praia, da gastronomia e do turismo religioso, entre outras vertentes.

“Temos já um projecto em elaboração que consiste em estimular e apoiar as famílias na criação de alojamentos locais e melhorar as suas habitações no sentido de receberem turistas a nível nacional e internacional”, especificou.

Intercâmbio através do Centro Cultural de Cabo Verde em Lisboa

Enquanto município rico em cultura e em artistas, e, em vários domínios, uma parceria foi estabelecida com o Centro Cultural de Cabo Verde, sediada em Lisboa, no sentido de promover intercâmbios culturais com artistas e artesãos locais. O objectivo é dar visibilidade ao trabalho feito em São Domingos, através da

participação e exposição destes trabalhos em eventos criados no referido centro, incluindo a realização de uma semana da cultura de São Domingos.

Vacinação de doentes evacuados e alojamento para estudantes

A visita estendeu-se à Embaixada de Cabo Verde em Portugal, onde foram apresentadas algumas preocupações de estudantes e da comunidade emigrada, no geral. Uma dessas preocupações deve-se ao facto de os doentes evacuados ainda não terem recebido a vacina contra a covid-19.

A nível dos estudantes, o edil Isaiás Varela destacou que uma das preocupações prende-se com algumas dificuldades na obtenção do alojamento que os recém-chegados enfrentam, nomeadamente em Beja.

“No Instituto de Beja, os estudantes ficam em residências e não podem receber ninguém. Isso significa que quando chega um estudante novo, não pode ser recebido pelos colegas que já lá

estão e muitas vezes não tem outro lugar para ficar.

Quando o aluno chega lá ele precisa concorrer a uma vaga na residência, o que poderá demorar um mês. Isso cria constrangimentos e os estudantes, muitas vezes, acabam por desistir”, constatou, adiantando que abordou o instituto no sentido de apoiar estes estudantes.

“Nós também falámos com os estudantes no sentido de organizarem e terem um ponto focal para dialogar com a câmara e tentarmos apoiar daqui de Cabo Verde”, precisou, acrescentando que a edilidade quer criar ainda um gabinete de apoio e orientação aos estudantes para que saiam do país com todas as informações sobre o funcionamento das instituições e as condições que vão encontrar em Portugal.

Segundo Isaiás Varela, espera-se agora a efetivação de tudo aquilo que foi acordado, nomeadamente mais oportunidades para os jovens, maior proximidade com os emigrantes, intercâmbios culturais e investimentos no município.

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



DESPORTO

Tóquio2020

Troy Pina estreia-se nos 50 metros livres

O nadador do “Team Cabo Verde”, Troy Pina, entra em cena, esta sexta-feira, 30, para fazer a sua estreia nos 50 metros livres, no Centro Aquático de Tóquio.

Carlos Alves



Depois da nadadora Jayla Pina, no passado domingo e da judoca, Sandrine Billiet, na terça-feira, agora é a vez de Troy Pina fazer a sua primeira aparição nas Olimpíadas de Tóquio.

O nadador de 22 anos vai competir na 3.ª eliminatória dos 50 metros livres masculinos, nesta sexta-feira, 30, prova marcada para as 09:06 da manhã, no horário de Cabo Verde, 19h06, no Japão.

No próximo sábado, às 00:30 (CV), no Kokugikan Arena, o pugilista santa-cruzeiro, David Pina, na categoria 48–52 quilogramas, faz a sua estreia, contra Shakh-

bidin Zoirov, do Usbequistão. Às 00:55 (CV), Jordin Andrade, entra em pista os 400 metros barreiras.

A ginasta Márcia Lopes, vai ser a última atleta cabo-verdiana a competir, tendo a sua estreia marcada para o dia 6 de agosto, às 00:20 (CV), no Ariake Gymnastics Center.

Recorde-se que Cabo Verde está representado por seis atletas em Tóquio, sendo eles os irmãos nadadores Troy e Jayla Pina, a judoca Sandrine Billet, a ginasta Márcia Lopes, o pugilista David de Pina e o velocista Jordin Andrade. Esta é a maior delegação cabo-verdiana de sempre nos Jogos Olímpicos. 🌐

Ciclismo

Hernany da Luz vence 1.º campeonato regional de Santo Antão/Sul

Hernany “Bilick” da Luz é o vencedor do primeiro campeonato regional de ciclismo de Santo Antão/Sul. O ciclista portonovense cumpriu a terceira e última etapa da prova de contra-relógio em 2:21.25 horas, menos um minuto que o segundo classificado, José Pinto, e menos cinco minutos que Lucas bronze, que fechou o pódio.

Após a conquista Hernany da Luz mostrou-se satisfeito com o seu desempenho na prova, que “foi um grande desafio”, e já pensa em representar o concelho do Porto Novo e Santo Antão no campeonato nacional de ciclismo.

Já o segundo classificado, José Pinto, lamentou o facto de ter sofrido uma falha mecânica na sua bicicleta o que o impossibilitou de lutar pela vitória. Ainda assim, o ciclista felicitou o vencedor e mostrou-se igualmente satisfeito por garantir a presença no nacional.

O presidente da Associação Regional de Ciclismo Santo Antão Sul, Emerson Fernandes fez um “balanço positivo” que foi a “primeira de muitas” a serem realizadas no concelho. Este campeonato regional contou com a participação de cinco ciclistas.

CA





Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

DESPORTO

Atletismo

Festa de Nha Santa Ana comemorada na estrada

Um grupo de 28 atletas assinou, no domingo, 25, a festa de Nha Santa Ana, na Achada Lém, com prova de atletismo organizada pela Direcção da Juventude e Desporto (IDJ).

Participaram na competição cinco atletas da categoria júnior masculino, seis na categoria sénior-feminino e, por último, 17 atletas em sénior-masculino.

Na categoria sénior-masculino, Wilson Cabral cortou a meta em primeiro lugar, seguindo-se Gil Mendes, Edy Cardoso, Gilson Tavares e Jacelino Horta.

Nas senhoras, Jessara Xavier sagrou-se vencedora, seguindo-se Edena Lima, Adalgisa Varela, Ana Furtado e Filomena Vieira.

E na categoria de juniores, Edery

Semedo foi o primeiro, seguindo-se Edmilson Fernandes, Gilberto Barbosa, Samuel Veiga e Rovik Sanches.

Falando à margem da prova, o Diretor da Juventude e Desporto, Emanuel Coelho, manifestou-se satisfeito com a adesão dos atletas, tendo sublinhado que a situação de pandemia limitou, de algum modo, a participação de mais pessoas.

“Estamos agora, aos poucos, a regressar a alguma normalidade em termos do desporto. Por isso temos organizado eventos com participações reduzidas, mas a vida tem de continuar e, aos poucos e com toda a segurança, estamos a construir uma forte agenda desportiva nas limitações que ainda nos são impostas”, disse Emanuel Coelho.

C/CMSC



Futebol

Dodô Soares, o melhor estrangeiro em Malta

Após vencer o campeonato, o internacional cabo-verdiano Dodô Soares foi agora eleito o melhor jogador estrangeiro da última edição da primeira liga maltesa.

Após ajudar o Hamrun Spartans a conquistar o título de campeão da BOV Premier League em Malta, 30 anos depois, Ailton “Dodo” Soares, foi eleito, na última semana, como o melhor jogador estrangeiro da Liga.

Na última temporada, o cabo-verdiano foi o grande destaque do seu clube ao apontar 13 golos e fazer 22 assistências em 21 jogos.

Durante a temporada, as estatísticas do avançado de 30 anos colocaram-no entre os jogadores mais influentes a atuar nas primeiras divisões de todos os campeonatos a nível mundial.

Depois da distinção, o craque deixou uma mensagem de agradecimento nas suas redes sociais.

“Queria agradecer a todos os companheiros, à equipa técnica, enfim, a todo o povo ‘hamrunizi’. Obrigado à minha família, aos amigos e às pessoas que acreditaram em mim”, escreveu o jogador do Hamrun Spartans.

De salientar que, um dos pontos altos do ano para o jogador foi a primeira chamada à seleção nacional em Março, quando os “Tubarões Azuis” garantiram o apuramento para o CAN’21.

Antes de chegar ao campeonato maltes, Dodo Soares teve passagens pelo Batuque FC, clube onde se formou, em São Vicente, pelo Afro-Napoli e Isola di Procida, ambos clubes de divisões amadoras em Itália. CA



Xadrez

Já há datas para o campeonato nacional individual absoluto

A 5.ª edição do campeonato nacional de xadrez individual absoluto volta a ser disputada em duas fases. Uma preliminar, agendada para Setembro em São Vicente e a fase final em Novembro em local ainda por definir.

A Federação Cabo-verdiana de Xadrez (FCX) avança que a fase preliminar, a disputar de 24 a 26 de Setembro, será na cidade do Mindelo. Segundo o presidente da FCX, Francisco Carapinha, serão abertas para o máximo de trinta vagas para os xadrezistas.

Nesta fase, a prioridade de inscrição será, em primeiro lugar, para os campeões regionais 2021. A seguir serão tidos em consideração os jogadores com ‘ranking’, xadrezistas femininas e os restantes jogadores interessados.

Já na fase final, a disputar de 15 a 21 de Novembro, estão garantidas as presenças do Campeão Nacional da época passada, o actual vencedor da Taça de Cabo Verde, os três jogadores com melhor ‘ranking’ internacional e os três primeiros classificados na fase preliminar.

Conforme os regulamentos da FCX, quer na fase preliminar, quer na fase final do campeonato só podem participar competidores de nacionalidade cabo-verdiana, filiados na federação até 31 de Agosto ou com a inscrição na Federação Internacional de Xadrez com a bandeira de Cabo Verde.

C/RCV



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Cabo Verde



Onde o Jornalismo
é feito com rigor



(+238) 260 26 90

(+238) 260 26 93



www.anacao.cv



[anacaocaboverde](https://www.facebook.com/anacaocaboverde)

Q' Ideia para ajudar jovens do Tarrafal



Elizandro Lopes Tavares

Elizandro Lopes Tavares, 35 anos, mentor da Q' Ideia Jovem Tarrafal, considera que o projecto pertence a todos os jovens tarrafalenses, residentes no concelho ou na diáspora.

“Os jovens do Tarrafal têm muitas ideias, mas não têm onde ou com quem partilhá-las”, e é a partir disso que a Q' Ideia surge, afirmou ao A NAÇÃO.

E é pensando nos jovens e da necessidade de criar novas oportunidades para essa camada da população que a Q' Ideia tem promovido palestras e formações, gratuitas, para ajudá-los a descobrirem e desenvolverem o seu potencial.

“Os jovens têm aderido com muito entusiasmo às formações, sendo por vezes necessário dividi-los em várias turmas a fim de dar resposta à procura”, acrescenta.

Q' Ideia Jovem Tarrafal é um projecto idealizado e criado por Elizandro Lopes Tavares, que visa mobilizar e congregar a juventude desse concelho de Santiago, com projectos, debatê-los, com vista à sua implementação. Apesar de recém-criada, a agremiação já dispõe de “embaixadores” na diáspora.

Anícia Veiga

Diante da procura, a Q' Ideia encontra-se organizada em “pelouros”, cada um com a respectiva tarefa, visando ajudar os jovens a descobrirem o seu potencial. “Por enquanto somos um grupo, mas, brevemente seremos uma associação, transversal, onde a juventude estiver ali também estaremos”, afirma.

Elizandro Tavares aponta a partidarização como um grande inimigo das associações.

“Qualquer associação que se deixar partidarizar está fadada ao fracasso, pelo que qualquer grupo, comunitário ou juvenil, deve abraçar uma causa, pessoas apenas, nunca o partido”, defende.

Embaixadores na diáspora

Apesar do nome ser Q' Ideia Jovem Tarrafal, Elizandro conta que esta não é uma comuni-

dade destinada apenas aos jovens tarrafalenses. “Até temos um embaixador em Portugal, que não é do Tarrafal”, aponta como exemplo. Isto é, “qualquer jovem pode aderir desde que se identifique com o nosso objetivo e estamos disponíveis para levar esta ideia a outras paragens”.

Actualmente, a Q' Ideia Jovem tem embaixadores na China, França, Portugal, Inglaterra, Senegal e nos Estados Unidos da América. Tavares

explica que, com essas antenas na diáspora, existe mais possibilidade de conseguir financiamentos e apoio para os projectos em desenvolvimento. “Onde houver um filho do Tarrafal, a Q' Ideia Jovem Tarrafal quer estar presente”, faz saber, no que apela aos jovens de outros municípios a fazerem o mesmo, tendo sempre em conta aquilo que cada um se sente mais motivado a realizar.

“Da mesma forma que conseguimos criar a Q' Ideia Jovem Tarrafal é possível fazer algo semelhante em outras paragens, do território nacional, tendo os jovens como foco. A ideia é desafiá-los a apresentarem as suas ideias, para de seguida trabalharmos juntos não só no sentido de melhorar as ideias apresentadas, como também levar à sua implementação prática”, conclui.

Urge a integridade e transparência na gestão da coisa pública!



Pedro Ribeiro

Temos que dar força a vontade por uma sociedade mais justa e uma democracia de qualidade em Cabo Verde. E esta atitude deve apoiar a construção da cidadania através da aprendizagem e discussão crítica sobre as diferentes questões que animam a consolidação de uma sociedade mais justa, mais igual e inclusiva, pois os cidadãos mais exigentes formam democracias e instituições mais robustas. Hoje, a corrupção, nas suas múltiplas formas, está na agenda mediática nacional. Tal circunstância não é motivo de regozijo ou de celebração. Dificilmente se resolvem quando decisores políticos e gestores públicos se encontram capturados pela corrupção e por interesses outros que não a promoção do bem comum, impedindo a consolidação de instituições íntegras, mais eficazes e mais responsáveis. Uma oportunidade única de melhorar os processos de contratação pública, que é um problema real, entre nós, na medida em que mina a confiança das pessoas na justiça e na integridade dos processos de contratação pública, está preocupada com o papel do dinheiro e das ligações – as conhecidas cunhas – na adjudicação de contratos públicos. Urge assegurar a publicação atempada de toda a informação, de forma a reduzir os riscos de corrupção na atribuição de fundos públicos, emergir um Pacto de Integridade, e a sua inclusão na Estratégia Nacional Anticorrupção. A área da contratação pública é especialmente permeável a que os interesses privados se transformem em atos de corrupção em detrimento do interesse público. Por isso é fundamental complementar a boa regulamentação e a fiscalização com a vigilância cidadã e monitorização cívica.

O Pacto de Integridade é a ferramenta ideal para dar poder aos cidadãos, garantindo que os procedimentos se fazem de forma transparente e livres de corrupção, na medida em que reúne as autoridades contratantes, as proponentes e a sociedade civil para monitorizar um projeto específico de contratação pública. Cabe a sociedade civil monitorizar todo o processo e comunicar as suas conclusões às autoridades contratantes, sugerindo ações que podem aperfeiçoar todo o processo. Deve ser apoiado e aconselhado denunciante e vítimas de contextos e práticas de corrupção, má governança, conflitos de interesses e conluio, e dificuldades no acesso à justiça, em melhores condições de segurança e confidencialidade. Há sinais que suscitam dúvidas que necessitam de respostas urgentes, designadamente, negócios fantasmas, manifestação de riquezas, jogo sujo, entretantos outros. Urge avaliar e monitorizar a implementação de convenções e acordos internacionais, bem como legislação nacional, e políticas públicas versando a boa governança e prevenção e combate à corrupção, formulando recomendações aos principais decisores políticos a nível nacional. Desenvolver também atividades de investigação aplicada às questões da Boa Governança e da Corrupção em diferentes áreas. Sensibilizar e motivar para o combate à corrupção, suscitando o compromisso e a participação dos associados e do público em geral no debate sobre as questões da má governança e da corrupção na agenda política e mediática e no ciclo de políticas públicas. Influenciar políticas públicas e práticas institucionais, promovendo a legalidade democrática e a boa governação, combatendo

a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade junto dos decisores públicos, dos cidadãos e das instituições e empresas públicas e privadas. Temos que agir e rápido através do fortalecimento da colaboração estratégica, e não só, especialmente no quadro da Agenda 2030 das Nações Unidas. Sensibilizar o setor empresarial para a necessidade de se instituir uma cultura de integridade nos negócios, e avaliar, monitorar e apoiar a implementação de sistemas de compliance e de gestão de riscos de corrupção nos negócios, tendo em conta a sua especial vulnerabilidade à ocorrência de ilegalidades e situações de corrupção. Avaliar a qualidade da governação, a integridade e a transparência no poder central e local, monitorando, entre outras, as condições de disponibilização e acesso à informação, a implementação de planos e medidas de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, contribuindo ativamente para o desenvolvimento de programas e iniciativas anticorrupção em áreas particularmente sensíveis, como a da contratação pública, por exemplo. Intervir para garantir que a transparência e a integridade são tanto valores como prática institucional, diagnosticando as suas debilidades e apoiando a conceção e o desenho e implementação de sistemas customizados de prevenção da corrupção e má governança, e partilhando experiências apreendidas noutros domínios. As raposas dentro do galinheiro não são apenas os lobistas, são também alguns políticos que procuram influenciar as leis do parlamento em benefício dos seus interesses particulares. Urge a transparên-

cia orçamental, pois é um dos pilares do “governo aberto” e é fundamental para reganhar a confiança dos cidadãos. Os poderes centrais e locais devem ser completamente honestos com os cidadãos em termos de como o dinheiro público é arrecadado e utilizado. O direito à transparência orçamental (e responsabilização) fazem parte da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789: “Artigo 14.º: Todos os cidadãos têm o direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração. Artigo 15.º: A sociedade tem o direito de pedir contas a todos os agentes públicos pela sua administração.” A disponibilização da informação sobre a implementação e execução dos programas, objetivos da política orçamental, orçamentos e contas do setor das administrações públicas, por subsector. A informação disponibilizada deve ser fiável, completa, atualizada, compreensível e comparável internacionalmente, de modo a permitir avaliar com precisão a posição financeira do setor das administrações públicas e os custos e os benefícios das suas atividades, incluindo as suas consequências económicas e sociais, presentes e futuras. Trata-se dum direito do cidadão e um dever das Administrações Públicas. Os governos (central e local) devem implementar o ciclo de resposta da transparência orçamental. E os cidadãos-, destinatários dos orçamentos devem ser suscetíveis de ler, decifrar e compreender orçamentos públicos por forma a permitir e reforçar uma participação efetiva dos cidadãos no processo orçamental.

A informação disponibilizada deve ser fiável, completa, atualizada, compreensível e comparável internacionalmente, de modo a permitir avaliar com precisão a posição financeira do setor das administrações públicas e os custos e os benefícios das suas atividades, incluindo as suas consequências económicas e sociais, presentes e futuras



Arsénio Fermينو de Pina*

Algumas histórias que não nos contoram nas escolas ou foram deturpadas (3)

Por volta de 1.400 a. C, uma civilização nascia na ilha de Creta, contemporânea da egípcia, que comerciava com esta e se estendia à costa da Síria e ilhas gregas; deu origem às civilizações fenícia e grega, desaparecendo subitamente com a terrível erupção do vulcão que destruiu praticamente a ilha. Deixando de lado as civilizações grega e romana já tratadas noutra ocasião, cujos aspectos mais conhecidos vimos em filmes, iremos falar da civilização persa muito antes de ser adoptada a religião muçulmana, ramo chiita, com os seus ayatolas.

Em termos de população, o Império Persa foi o maior da História. A Pérsia era, na realidade, uma sociedade extremamente tolerante e cosmopolita, ao contrário do que aconteceu depois da adopção do Islão. Para comunicar com as suas terras, os persas criaram um sistema postal, de correio, que viria a ser adoptado por todo o mundo. A ocupação da Grécia pela Pérsia não causou grandes transtornos à sua população porque se lhe exigia simplesmente que pagasse um imposto ou tributo e fornecesse gente para o exército. De salientar que os persas foram rejeitados na sua primeira tentativa de ocupar a Grécia, derrotados na famosa Batalha de Maratona (499 anos a.C.). A ocupação persa da Grécia só terminou em 479 a.C.

O poder da Grécia foi-se desmoronando devido a desentendimentos entre o norte e o sul e face ao aparecimento de um novo poder ao norte, na Macedónia, com dois génios da guerra, o pai (Filipe) e o filho (Alexandre, o Grande). Este último criou um dos maiores impérios do mundo, o qual ia até à Índia, não chegando à China por os soldados se terem recusado por estarem anos longe da pátria. Como, ao contrário do uso da época de os homens usarem sempre barba, Alexandre não seguia o costume e apresentava-se sempre barbeado, o que levou os soldados a procederem como o chefe, hábito que se estendeu à Grécia e Roma.

Alexandre libertou o Egipto do domínio persa e fundou a cidade de Alexandria com a famosa Biblioteca. Casou-se com uma princesa do Afeganistão (ainda não usavam burcas e roupas escuras até aos pés...) para ci-

mentar as relações entre os seus súbditos. Nunca voltou à Grécia, morrendo no regresso, na Babilónia, na sequência de uma grande bebedeira.

A Rota da Seda foi criada no seu tempo, das boas relações estabelecidas no Afeganistão, Índia e China, como um circuito de mercadorias e ideias entre a Europa e a China. O grego tornou-se a língua erudita no Ocidente durante mil anos. O próprio Império Romano era semi-grego; os eruditos falavam grego. A época que se seguiu às conquistas e viagens de Alexandre foi o período mais intenso de florescimento de descobertas científicas até pelo menos ao Renascimento, a época dos Ptolomeus no Egipto, patronos da Biblioteca de Alexandria. Quem não era grego chamava-se "bárbaro", um estigma dirigido àqueles que falavam outras línguas que não o grego. Infelizmente, a maior parte das grandes obras da Biblioteca e dos sábios da Jónia, como descrevi noutra ocasião, perderam-se, foram destruídas ou queimadas em incêndios. Apenas dispomos de referências em segunda mão de eruditos gregos e romanos posteriores. Foram árabes, antes do domínio do extremismo teológico e da existência da tenebrosa Sharia, que financiaram eruditos judeus na descoberta e recolha de factos e ideias dessas civilizações. Parece incrível! Como escreveu o teólogo tunisino Mohamed Talbi, os muçulmanos viveram muito mais felizes e livres, durante dois séculos, antes da existência da Sharia, cuja eliminação advoga. Os muçulmanos vivem à semelhança dos cristãos na Era das Trevas (Idade Média) à base do Levítico e de interpretações viciosas da Bíblia. Foi preciso o Renascimento, a Reforma Protestante e a Revolução Francesa para meter na ordem a teologia cristã, separando o poder temporal do religioso e permitindo que todos pudessem ler e interpretar a Bíblia, o que era um sacrilégio nessa época, por a leitura e interpretação da Bíblia serem exclusividade dos clérigos. No meu livro FI D'CADON! explico isso mais detalhadamente. O Islão não teve Renascimento, nem Reforma e não aceitou as ideias da Revolução Francesa, razão por que temos por aí regimes teocráticos medievais como o da Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Qa-

tar, Irão e movimentos extremistas islâmicos como se ainda vivêssemos na Idade Média ou ainda pior. O integralismo das religiões monoteístas não permite a paz nem o diálogo, ao contrário, por exemplo, do politeísmo grego tão tolerante, aberto e receptivo a achegas de outras religiões.

Uma nova potência se seguiu a Alexandre, a de Roma. Não me vou deter nela, mas tão-somente aflorar alguns aspectos mais obscuros nas descrições escolares.

Era frequente encontrar-se em Roma indivíduos africanos e do Médio Oriente a viver e a comerciar, bem como viajantes da Índia e China. Qualquer um podia tornar-se cidadão romano e muitos estrangeiros fizeram-no, alguns encontrando ocupações como dramaturgos, filósofos, generais, políticos e até imperadores (em 212 o imperador Caracala era de origem africana).

À semelhança de outras paragens desconhecidas e "descobertas" pelos europeus, a América do Norte teve, antes, a visita dos vikings. Foram também eles que subitamente se abateram sobre a Europa, em 797, começando pela costa norte da Inglaterra. Era o início da Era Viking. Esses invasores do Norte foram o terror do continente porque atacavam pelo mar e por terra utilizando os rios navegáveis, e durante dois séculos mantiveram a pressão sobre a Europa, até se converterem ao Cristianismo, integrando-se nas populações locais. Como os gregos, eles valorizavam a individualidade, a realização pessoal; ao contrário do dogmatismo asfixiante da Idade Média, a sua característica principal era a curiosidade. Os navios eram muito importantes para a cultura viking. Os donos dos barcos, quando morriam, eram enterrados com o barco com todos os seus bens. Era frequente apresentarem na proa imagens de dragões para assustar monstros marinhos, espíritos malignos e os inimigos. Orientavam-se no mar de modo semelhante aos polinésios.

Os vikings da Noruega partiram por volta do ano 800 para povoarem as ilhas Shetland e as Faroé e ali encontraram terrenos ricos em pastagem para o gado e muito peixe no mar. Os animais eram pequenos e julgavam que era uma questão de

raça, quando, em verdade, são pequenos por o solo não conter ou conter muito pouco fósforo, essencial para, com o cálcio, formar ossos. Os pôneis são originários da Shetland.

Sem entrar em pormenor, os vikings viajaram até à Islândia, Gronelândia, Terra Nova e Nova Inglaterra (América do Norte). Arqueólogos noruegueses descobriram vestígios de uma povoação nórdica no extremo norte da Terra Nova. Na América do Norte, os vikings tiveram problemas por haver população nativa mais preparada e adaptada à região para se defender, pelo que não puderam aí estabelecer-se. O frio da Pequena Era de Gelo (1300-1870) levou os vikings a abandonar a Gronelândia.

Deixemos de lado as proezas dos vikings para procurar esclarecer algumas incógnitas ou histórias deturpadas.

A batata doce é originária da América do Sul, cultivada nos Andes há 8.000 anos antes de Cristo. Para aparecer noutros locais, só levada por alguém. Foram os espanhóis que a levaram para a Europa e daí para outras paragens. Só que os polinésios já a cultivavam muito antes da chegada dos europeus na América do Sul. A conclusão óbvia é que a batata doce terá sido levada das Américas para o Pacífico por seres humanos e não por aves, que podem transportar sementes, nem pelas ondas do mar (como aconteceu com o coco) por apodrecer rapidamente na água do mar. Como vimos, os polinésios chegaram à ilha de Páscoa a milhares de quilómetros de distância das suas origens, sendo de crer que também tenham chegado à América do Sul a comerciar com os sul-americanos, dado que os espanhóis encontraram Incas, em 1526, a descer a costa do Pacífico numa grande embarcação, tendo-os aprisionado como reféns. Um estudo, em 2007, de datação por radiocarbono de ossos de galinha encontrados no Chile datou-os entre 1304 e 1424, ou seja, muito antes da chegada dos europeus. Só podia ter sido levada pelos polinésios, pois a galinha não existia na América do Sul, nem os cavalos que os espanhóis levaram. [continua]

A batata doce é originária da América do Sul, cultivada nos Andes há 8.000 anos antes de Cristo. Para aparecer noutros locais, só levada por alguém. Foram os espanhóis que a levaram para a Europa e daí para outras paragens. Só que os polinésios já a cultivavam muito antes da chegada dos europeus na América do Sul



Calamidade

O país debate de novo o Estado da Nação com os velhos problemas de sempre. Há quem diga que, por causa da pandemia, Cabo Verde está em estado de calamidade. Mas a culpa, não é segredo, não é apenas da covid-19. Mesmo com a crise, como lembra a oposição, este é o Governo mais obeso da nossa história. Em 1975, quando começámos no meio de uma enorme penúria, eram 12 os membros do Executivo; hoje, com a devastação que por aí corre, são 28, entre ministros e secretários de Estado. Viaturas, gabinetes, emprego para os respectivos consortes... E ainda querem mais sangue do Cabo-verdiano para alimentar o Monstro.



De lembrar

Mesmo sabendo que em 2021 haveria grandes problemas de financiamento da economia, por causa da covid-19, em período de pré-campanha eleitoral o Governo aprovou um Orçamento de difícil execução, só para tentar captar votos. O despudor era tanto que até a CNE mandou parar com certas medidas. Mas agora, com um novo mandato no papo, vem o mesmo Executivo brindar os cabo-verdianos com um orçamento retificativo (OR) de apertar cinto. Neste OR já não há medidas populistas como o perdão de dívidas a Electra e outros truques para agradar os mais desatentos.



Contribuição

Na falta de Samilo e Chissana, Francisco Carvalho tem podido contar com o apoio inestimável do cidadão Beta Melo. Este antigo vereador, candidato inconformado à presidência da CMP, não tem medido esforços para apontar os problemas da Capital, publicando-os na sua rede social. Tudo indica que em reconhecimento a esta forma de colaboração, a CMP baptizou a última campanha de limpeza de Operação Beta. Ou seja, não importa de onde venham as soluções, o que conta é Praia riba lál!



Vereadores à experiência

A Câmara Municipal de São Vicente acaba de lançar no mercado democrático uma nova modalidade de vereação. Delegação de competências para vereadores eleitos, para o período de três meses, com renovação mediante satisfação do Presidente. O Chico, na Praia, deve seguir o exemplo do Augusto. No final do período de experimentação, basta alegar insatisfação e mandar para casa os incumpridores, por justa causa. O mercado autárquico está cada vez mais competitivo.

Anti-saltos altos

O novo Campus da Uni-CV foi inaugurado com toda a pompa e circunstância, à boa moda crioula, com aplausos e discursos e elogios mútuos, ao que não faltaram os esquecimentos habituais, etc. Mas o que não se disse é que as docentes não ficaram lá muito satisfeitas com o tipo de chão construído, anti-saltos altos, especialmente aquelas que gostam de usar o salto bem afiado e que, agora, como já foram avisadas, vão ter de descer do saltos e calçar algo mais confortável e adequado ao piso, caso contrário, não vai haver salto que resista... Quem avisa, amigo é.

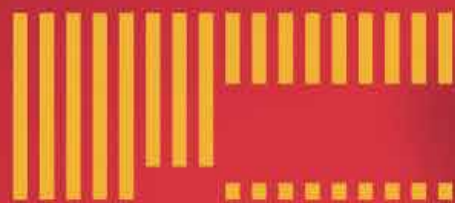
PIN

Os Jogos Olímpicos, em Tóquio, podem não render medalhas a Cabo Verde, mas os nossos atletas vão vir todos carregados de "pin", isto é, aquelas embleminhas que servem para colocar na lapela. A cada atleta eliminado a nossa querida Televisão tem mostrado o momento da atribuição do respectivo pin. Há quem até se emocione com tamanho consolo. ZIG é que não percebe a razão disso. Se calhar é porque não entende nada de "pin"...

Presidenciais

Os "brasileiros" - das duas principais candidaturas às presidenciais! -, estão a impor coisas bizarras aos seus candidatos, sem olhar para as idiossincrasias do lugar. O mais ridículo é contrapor Kalú ao Zema e mandar os bonitinhos andar nas ruas, achadas e fajãs de mochilinha às costas. Quando é assim, tanto porreirismo, o Povo até desconfia. Aliás, o Povo quer ter na Presidência alguém que seja diferente dele, para tirar o chapéu, em sinal de respeito. Como diz a sabedoria popular, se é para qualquer Zé Ninguém vão vale a pena eleger o Mais Alto Magistrado da Nação.





TV

PLUS



O MELHOR
DESPORTO
NO TEU SOFÁ.

O QUE ERA TOP,
AGORA É PLUS.

56 canais + Voz

Agora por

3000\$00*



*Acréscce o valor dos equipamentos Router 250\$ / STB 250\$

Etc.



Polémica



Azaiaz "x" Sos Mucci

CULTURA

Azaiaz “versus” Sos Mucci

Afinal, quem é o criador do “Afronaná”?



Azaiaz



Sos Mucci

MÚSICA

O artista cabo-verdiano Azaiaz procurou o A NAÇÃO para expressar o seu desagrado pelo artigo “Sos Mucci, o homem do ‘afronaná’ e da ‘positividade’”, publicado na edição nº 723, de 08 de Julho e no site no dia 13.

Azaiaz alega que Sos Mucci está longe de ser o criador do “Afronaná”, por não ser o primeiro a misturar o Afrobeat (Nigéria) e o Funaná (Cabo Verde) como disse na sua referida entrevista ao A NAÇÃO.

“Ele não pode ser o criador porque artistas com muito mais anos de carreira já tinham misturado estes dois géneros. Por exemplo, a música do Djodje ‘Um Segundo’, que conta com a participação dos Ferro e Gaita, é uma mistura do Afro e Funaná”, aponta Azaiaz como exemplo, realçando ainda que, para além deste caso concreto, “existem muitos outros Afronanás que nasceram antes do Sos Mucci”.

“Eu não conheço os trabalhos do ‘MC’ Mucci, apenas sei que ele é mais um que a mistura os dois géneros”, reafirma Azaiaz, para quem, quando muito, Mucci

O cantor e produtor Azaiaz contesta Sos Mucci que, em entrevista recente ao A NAÇÃO, revelou ser o criador do “Afronaná”, mistura entre o Afrobeat e o Funaná. Azaiaz afirma que outros artistas já praticavam esse género antes do Sos Mucci. Este insiste, porém, que o “Afronaná” é sua criação, sim. Está instalada a polémica. Além disso, Azaiaz atesta contra outros artistas e o sistema musical cabo-verdiano.

Romice Monteiro.

pode afirmar-se como criador do termo “Afronaná”.

Em defesa do irmão

Azaiaz, que vive em Portugal desde 2014, diz não ter nada contra Sos Mucci, pelo que as pessoas não podem interpretar esta sua “crítica positiva” de “inveja”, referindo-se que a sua entrada nesta polémica acontece em defesa do irmão, o primeiro a desagradar-se com a entrevista do Sos Mucci a este jornal.

“Logo que o meu irmão partilhou o artigo chamando de fraude as declarações do artista em causa, muitas pessoas comentaram negativamente dizendo-lhe que estava com inveja. Não fui por este lado,

antes de me pôr a criticar fui fazer as minhas pesquisas porque não é de hoje que alguns artistas pegam coisas já feitas e se declaram como sendo os seus criadores.

Não conheço este artista e nem faço questão para não dizerem que tenho algo contra ele”, explicou, argumentando ainda que “hoje em dia, as pessoas estão tão inseguras de si que não sabem aceitar as críticas, pelo que tudo é intitulado como sendo inveja”.

Ajudar a esclarecer a situação

Azaiaz, que se assume actualmente mais como produtor de cinema e audiovisual do que cantor, justifica que procurou A NAÇÃO

no sentido de ajudar a esclarecer a situação do que criticar já que o seu maior desejo é de ver os artistas cabo-verdianos “transcenderem-se”, cada vez mais, desde que com créditos próprios.

“A minha preocupação é mais no sentido de esclarecer as coisas para que a mentira não fique na capa da verdade. Isto porque, se hoje alguém diz uma coisa que não está correcta e ninguém contesta, esta inverdade fica exposta aos nossos descendentes que ficam sem saber a história verdadeira”, termina.

Sos Mucci insiste

Diante da polémica, A NAÇÃO voltou a procurar o visado, Sos

Mucci, que reafirma ser, sim, o criador do “Afronaná”, defendendo que o seu conceito não se refere apenas à mistura do Afrobeat com o Funaná, mas também a outros elementos, assim como tinha referido na entrevista anterior.

“Nunca disse que fui o primeiro a misturar os dois géneros, o Afro e o Funaná. São as coisas que eu canto, o meu estilo, os beats, entre outras singularidades, que eu batizei de Afronaná, um termo que ainda não tinha sido utilizado por nenhum outro artista.

Procuro singularidade naquilo que faço para não ser só mais um artista e os meus trabalhos conseguem provar isso, sem ter que me explicar a ninguém, ainda por cima por alguém que só quer aparecer à minha custa”, justificou.

Aliás, em relação ao Azaiaz e às suas intervenções, Sos Mucci é categórico: “Eu não tenho nada a dizer porque não o conheço, razão pela qual ele não merece também a minha justificativa sobre o que for que seja. É o que tenho para dizer”.

Azaiaz critica outros artistas, produtores e sistema cultural

“Verdades que poucos têm a coragem de dizer”

Para além de contestar o título do “criador do Afronaná”, Azaiaz estende as suas críticas a vários outros artistas, produtores musicais e ao próprio sistema cultural implementado pelos sucessivos governos de Cabo Verde, concretamente, de José Maria Neves a Ulisses Correia e Silva.

Azaiaz, que possui uma carreira de mais de 20 anos, diz que os músicos cabo-verdianos precisam “transcender-se mais”, principalmente, na hora de usar o termo “carreira internacional”.

“Artistas de hoje estão a contentar-se com muito pouco”

“Os artistas cabo-verdianos fazem sucesso em Cabo Verde. O sucesso não sai do país. Isso não pode ser considerado sucesso a nível internacional porque continuam a ser ouvidos pelos cabo-verdianos, só que no estrangeiro. Para ser carreira internacional eles precisam conquistar público fora da comunidade cabo-verdiana”, explicou o nosso entrevistado.

E aponta o caso de Cesária Évora, como exemplo de carreira internacional. “Cesária Évora não contava com uma plateia formada apenas por cabo-verdianos. Eu acho que os artistas de hoje em dia estão a contentar-se com muito pouco. Isto não os ajuda a crescer como deveriam”, sublinha.

Por outro lado, Azaiaz diz que Cabo

Verde precisa valorizar os artistas e as suas artes, um trabalho que, a seu ver, deve começar dentro da própria classe.

“Monetariamente falando, em Cabo Verde, os nossos amigos não pagam pelos nossos trabalhos. Esquecem que os artistas também têm contas a pagar, famílias para cuidar, etc. Os próprios artistas é que precisam tomar a atitude de mudar isto e valorizar o seu trabalho”, diz.

Sempre cáustico, o nosso entrevistado diz que os DJs nacionais têm ganhado mais com a música do que os próprios artistas ou criadores. Algo que considera “inaceitável e injusto” para os músicos e compositores.

Agentes “pouco sérios”

Azaiaz critica também os agentes e promotores que apoda de “fraudulentos”.

“Os agentes cabo-verdianos são todos ladrões, não há um que seja sério. É só reparar que as mulheres artistas cabo-verdianas, para alcançarem o sucesso, precisam estar ou namorar com os produtores”, disse, defendendo que “tudo está claro aos olhos de todos pelo que não vou revelar nomes para não criar conflitos diretamente com ninguém”.

E continua: “Antigamente exportávamos músicas. Tanto é que existia um ditado que dizia que Cabo Verde é para cantar, Angola é para dançar, e Guiné é para

bater palmas. Hoje em dia, tudo se inverteu. Angola nos passou à frente na música e só nos resta lamentar e criticar, em vez de apoiar e promover quem trabalha”.

Azaiaz acredita que uma política cultural adequada por parte do Governo, poderia ajudar a resolver muitos dos problemas que, de uma certa forma, acabam por penalizar a cultura cabo-verdiana em si.

“Como é que um artista nacional consegue fazer sucesso se as estações de rádios nacionais passam mais músicas internacionais do que nacionais? Como é possível isso sabendo que para conseguir uma vaga os artistas nacionais precisam fazer muitos negócios de ‘corrupção’ com os Djs?”, questiona o nosso entrevistado, que diz falar por experiência própria.

“Eu já fiz muitos negócios para promover os meus artistas, sei do que falo”, sublinha.

Nem Mário Lúcio nem Abraão Vicente

De entre outros desagradados, Azaiaz falou também da participação dos artistas nas campanhas eleitorais, afirmando que os políticos sabem da hora de tirar proveito dos artistas e que é por isso que não fazem nenhuma “política” que beneficie a classe.

“Eu já participei das campanhas eleitorais e sei as suas intenções. Nem o José

Maria Neves nem o Ulisses Correia e Silva deram a mínima para o sector das artes com os seus ministros da cultura, Mário Lúcio e Abraão Vicente, respectivamente. É só ver que as suas políticas não são inclusivas e muito menos imparciais. Por exemplo, quando o Mário Lúcio era o ministro, sendo ele músico, os músicos foram os que mais se beneficiaram na altura, sobretudo o irmão Princezito. Agora, o Abraão Vicente, sendo ele um artista plástico, este é o sector que mais tem aparecido. É só ver como as ruas de Cabo Verde estão todas pintadas”, especificou.

Possíveis soluções aos olhos de Azaiaz

Questionado sobre as soluções dos problemas que levanta, Azaiaz diz que, de uma forma resumida, “o povo precisa fazer parte de tudo, assim como confia o seu voto nos governantes. Precisa saber quando estão a tomar qualquer decisão”.

Por outro lado, diz também que são necessárias leis que ajudem na promoção das artes e dos artistas, que ajudem também nos seus rendimentos, para começar. “Leis que obriguem as rádios nacionais a passar 80 por cento de músicas cabo-verdianas, leis para que os artistas possam vender o seu trabalho como qualquer outro produto será um bom começo”, exemplifica.

Azaiaz e o seu sucesso de 2010: “Dodu na Bo”

Azaiaz diz que conta com mais de 20 anos de carreira tendo em conta que em 1995 já escrevia letras de música. O seu primeiro sucesso foi “Sai ku mi”, no grupo “Bairro Side”, de 2002, mas lançado em 2005, no Hip Hop Praia.

O artista revela ser o primeiro a utilizar o “auto-tune”, programa de alteração de vozes. Em 2010 lançou o seu primeiro CD - “100%” com o single “Dodu na Bo” que conquistou, na altura, as estações de rádios mais escutadas pelos jovens. Em 2013, voltou à carga com o seu segundo álbum, “Nha Vida”.

Acreditando ter alcançado o sucesso que pretendia na música, virou-se para o cinema, depois de em 2009 ter lançado o seu primeiro filme. Entre a vida de produtor, cantor e realizador, escolheu a última.

“Eu sempre estive entre o cinema e a música. No entanto, a partir de 2013 foquei mais no cinema porque já tinha realizado shows em vários lugares e já tinha alcançado o sucesso que pretendia”, explica.

Estreia do filme “A Verdade da Mentira”

Nesta nova onda, Azaiaz diz que ultimamente tem trabalhado com as comunidades portuguesa e brasileira na produção de um filme de ficção sobre a política, intitulado “A Verdade da Mentira”.

O filme deveria ser lançado em Outubro deste ano, mas, devido à pandemia, teve a agenda alterada, à espera de um melhor momento, já que a estreia terá de

acontecer “com casa cheia”.

Como diz também, “A Verdade da Mentira” talvez chegue a Cabo Verde.

“Se conseguir apoio do Ministério da Cultura, terei todo o gosto para que isso aconteça”, adianta, realçando que “a Associação de Cinema e Audiovisual, que temos em Cabo Verde, não funciona pelo facto de não termos no país nenhum filme que justifique, os melhores realizadores saem todos do país para conseguirem alguma coisa no estrangeiro”.

Projecto de filme sobre Amílcar Cabral

Fora isso, Azaiaz pensa produzir um outro filme, desta vez, sobre Amílcar Ca-

bral com os dois lados da história, de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

“Este filme terá como propósito fazer os cabo-verdianos lembrarem o que o Cabral fez para estas ilhas, mas também trará outro lado da história contada na Guiné que, de certeza, tem uma abordagem diferente”, assegura.

Questionado sobre o seu regresso a Cabo Verde, Azaiaz diz que vontade de regressar não lhe falta, mas sabe que para isso terá de desistir da sua carreira artística e profissional.

“Eu desejo ver as coisas melhorarem para que eu possa voltar. Daí a razão deste ‘dedo na ferida’, para que todos tomem consciência de que precisamos fazer um novo caminho no sector da cultura e outros, em Cabo Verde”, termina.

SOCIEDADE

Jovens querem melhorar Ribeirão Chiqueiro



REGIÕES

Ribeirão Chiqueiro, “porta de entrada” do concelho de São Domingos, ilha de Santiago, tem agora uma associação juvenil que quer promover o desenvolvimento e os valores dessa comunidade. Liderada por Elton Monteiro, “Jovens para o Desenvolvimento de Ribeirão Chiqueiro (JDRC)” entende, porém, que esta é uma luta de todos os moradores.

Anícia Veiga

“O desenvolvimento de uma dada localidade não cabe apenas ao Governo ou às autarquias locais, mas também às próprias pessoas que fazem parte da comunidade”, defende Elton Monteiro, presidente da associação Jovens para o Desenvolvimento de Ribeirão Chiqueiro (JDRC), salientando, entretanto, que o progresso dessa zona “se encon-

tra estagnado”.

E, para ultrapassar o problema, defende, “é preciso que todos estejam engajados. A própria população pode e deve contribuir para o desenvolvimento da sua comunidade”.

Necessidades

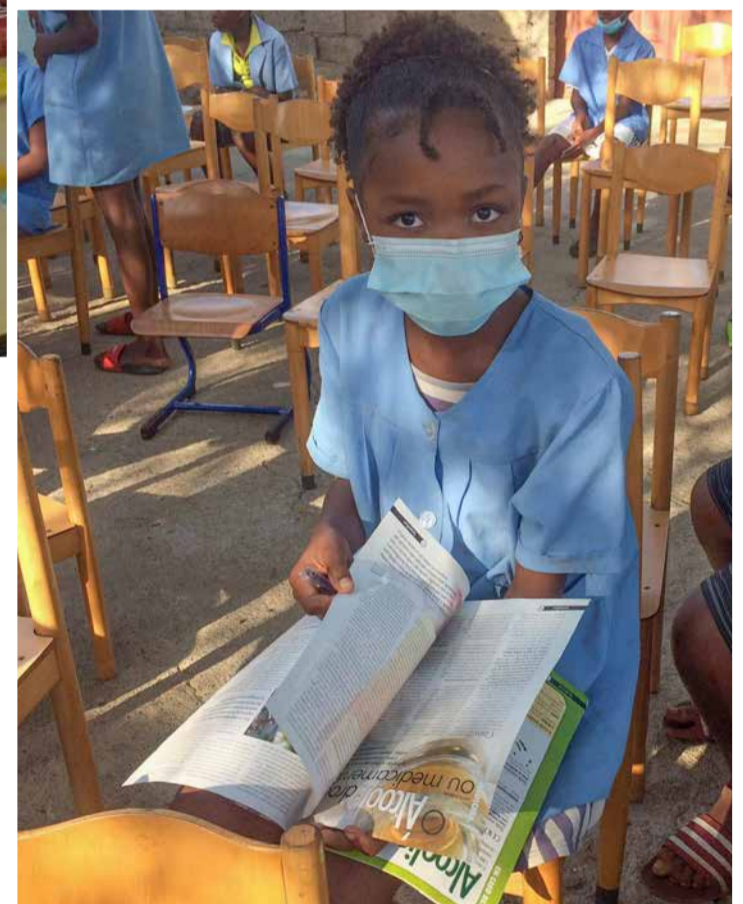
Uma das necessidades dos moradores de Ribeirão Chiquei-

ro, de acordo com aquele activista social, passa pela construção de um novo Centro Comunitário, uma vez que o que existe se encontra em estado bastante degradado.

“O lugar onde os nossos jovens praticam desporto encontra-se brutalmente debilitado, embora usem a placa da Aldeia SOS, que, de certa forma, é de uso privado. Os nossos jovens



Elton Monteiro



precisam de um espaço comunitário condigno para levarem a cabo as suas práticas desportivas”, sublinha Monteiro.

Uma comunidade com potencialidades

Elton Monteiro considera que Ribeirão Chiqueiro dispõe de potencialidades que, se devidamente exploradas, faria com que a comunidade estivesse muito mais desenvolvida.

“O simples facto de ser a ‘porta de entrada’ para o concelho de São Domingos devia ter um melhor tratamento de quem de direito, nomeadamente, da Câmara Municipal”, defende.

Além disso, no campo do desporto e da cultura, Ribeirão Chiqueiro já produziu grandes nomes, como são os casos do futebolista Rubon (antigo internacional cabo-verdiano) e do músico Manu Mendes, que é o único tocador e produtor de cimboa do país.

“Consideramos que estes dois nomes são um atractivo que podem ser usados para

alavancar o desenvolvimento da zona”.

Elton frisa, precisamente, que um dos motivos por detrás do desejo de reabilitar a placa desportiva da localidade é o facto de esta levar o nome de Rubon, avançado que chegou a jogar pela selecção sabo-verdiana de futebol nos anos 1980.

Porém, “no estado em que se encontra, a placa não dignifica em nada o homenageado, nem tão-pouco serve os jovens da localidade”.

Neste sentido, como tratou igualmente de esclarecer ao A NAÇÃO, já foi entregue à Câmara Municipal de São Domingos um projecto para a reabilitação da referida infra-estrutura.

“Queremos desenvolver várias outras parcerias com a Câmara Municipal”, afirma.

Actividades sociais

Apesar de a JDRC ser constituída por um grupo jovem, Elton Monteiro diz que ele e os seus pares têm apostado em

actividades que abrangem toda a comunidade, tendo já realizado campanhas de limpeza e acções de leitura junto das crianças e dos jovens.

Pensando nas crianças e no incentivo à leitura, a JDRC pretende criar uma biblioteca na zona e nesse âmbito promoveu uma feira de livros na escola local, visando não só criar o hábito da leitura, mas também incentivar a escrita.

Como forma de estimular e inspirar os jovens da localidade nas suas escolhas futuras, a JDRC promoveu uma feira de profissões com a participação de profissionais da localidade, “É fazendo hoje que se prepara o amanhã”, acredita.

Desemprego jovem e outras preocupações

O presidente da JDRC considera que o desemprego juvenil é muito preocupante em Ribeirão Chiqueiro.

“Neste momento temos muitos jovens que não têm um emprego fixo, sobrevivem daquilo que chamamos de biscates”.

Para contornar esta situação, a associação está a mobilizar parceiros para que seja ministrada formação aos jovens visando a criação do próprio emprego.

Para além do desemprego, Ribeirão Chiqueiro enfrenta o problema da iluminação pública uma vez que um grande número de postes não acende.

No que diz respeito ao abastecimento da água, Elton Monteiro lembra que já houve tempos piores mas lamenta o rompimento frequente das condu-

tas de água cuja reparação leva muito tempo, criando dificuldades aos moradores, sobretudo os criadores de gado”.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento é uma tarefa colectiva, entre os cidadãos e o poder político, a JDRC espera ter o devido acolhimento da Câmara Municipal de São Domingos, presidida por Isaías Varela, desde 2020.

“Da nossa parte estamos dispostos a colaborar para o desenvolvimento da nossa comunidade”, reitera Elton Monteiro.

SOCIEDADE

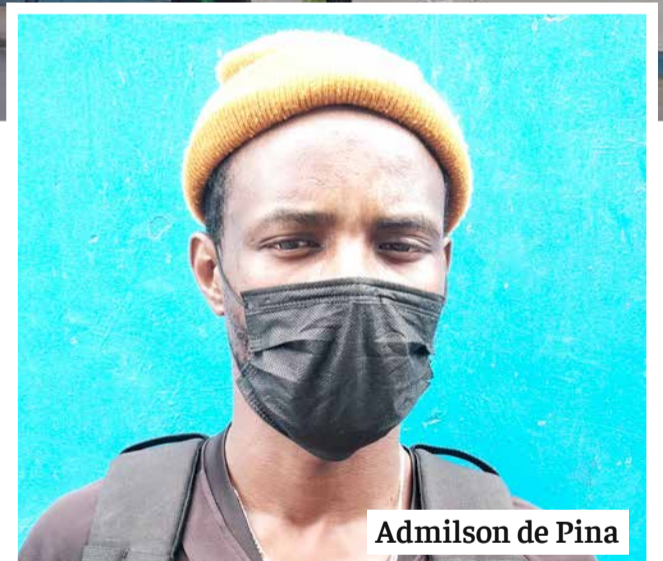
Praia

Jovens escolhem ser “peixeiros” ao invés de ficarem desempregados e expostos ao crime



Outrora actividade praticada por mulheres, na cidade da Praia, a venda de peixe pelos bairros tem atraído cada vez mais jovens do sexo masculino. Alcides Freire, que se encontra no ramo há mais de 25 anos, tem sido um inspirador para os iniciantes com a sua história de “escolha certa”, na hora de enfrentar o desemprego.

Romice Monteiro



Admilson de Pina

Todos os dias, bem antes das 7 horas, as peixeiras chegam ao cais da Praia para se abastecerem. De seguida, saem de banheira à cabeça, de bairro em bairro, atrás do “pão para os filhos”.

A esperança é que por volta das 15 horas, o mais tardar, consigam vender tudo, a tempo de regressarem a casa para a lida doméstica, cuidar dos filhos e pensar no dia de amanhã que não será tão diferente do de hoje.

Se há algum tempo esta acti-

vidade era caracterizada como sendo um domínio de mulheres, hoje em dia, as coisas já não são como no passado.

Homens passam a vender peixe

A cada novo dia há homens, das mais diversas idades, a vender peixe, em pregão pelos bairros da capital. É a forma que encontraram para driblar o desemprego e não só.

É o caso de Admilson de Pina, peixeiro há oito anos, de-

pois de algum tempo desempregado.

“Estava desempregado, sem nada para fazer, e tinha deixado a vida de ‘traquinices’. Com receio de regressar àquela vida, decidi vender peixe, uma forma de ocupar o tempo livre e conseguir algum dinheiro para as minhas necessidades no final do dia”, conta ao A NAÇÃO.

Admilson diz que no início viveu na pele alguma discriminação por parte das pessoas que não confiavam em jovens como

ele, achando que eram “thugs” disfarçados de peixeiros.

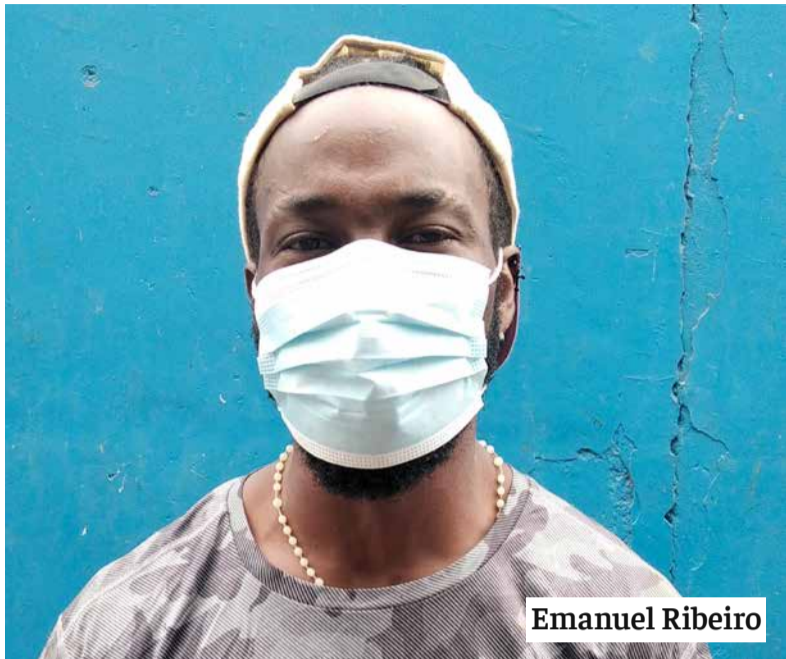
“Eu ouvia muito isso e por vezes sentia-me mal. Mas não deixei-me abalar porque sabia qual era a minha intenção”, acrescenta.

Hoje, como realça, o quadro é outro, diferente para melhor: “As pessoas passaram a entender a nossa situação e a vida tem sido mais fácil. Temos conseguido mais clientes, pessoas que nos incentivam nesta escolha, uma nova oportunidade para a nossa vida”.

Superação

Para Admilson, que deambula pelos bairros da Fazenda, Achadinha, Craveiro Lopes, entre outros, na venda de atum, estar de banheira à cabeça não é motivo de vergonha, mas de orgulho, já que se trata de um trabalho tão digno como outro qualquer.

“Vergonha é roubar, é matar, é ir para a cadeia...”, desabafa, pois, sem o 12º ano de escolaridade, que não conseguiu completar, tinha poucas chances de sobreviver.



Emanuel Ribeiro

“O importante é estar a fazer alguma coisa ao invés de estarmos sentados em casa ou na rua correndo o risco de cometer crimes”.

“O pior é estar sem alternativas”

Emanuel Ribeiro é um outro caso, de quem encontrou na venda de peixe, de banheira à cabeça, uma forma de sobreviver.

“Fiz algumas formações profissionais e mesmo assim não consegui nenhum emprego. Sem alternativas, e sentindo-me vulnerável, tentado a entrar em maus caminhos, decidi aceitar o conselho e o convite de um amigo que já tinha estado nesta área e decidi ser mais um jovem que procura a vida no Cais da Praia”, conta o jovem natural de Ponta d’Água, peixeiro há dois anos.

Hoje, Emanuel diz que o seu melhor amigo tem sido a sua banheira e o seu balde que lhe permitiu uma vida melhor do que antes.


“É um desafio e estou a aprender a cada dia que não importa o curso ou área de formação, o importante é estar a fazer algu-

ma coisa que nos dê rendimentos”, diz o jovem reforçando que “o pior é estar sem alternativas”.

Incentivo dos “veteranos”

Admilson e Emanuel são apenas exemplos de muitos jovens da Praia, e não só, formados ou não, e que por falta de outras opções, escolheram a venda de peixe como forma de encarar o desemprego e o futuro.

Nesta escolha ambos referem que contaram com o incentivo dos “veteranos”, homens e mulheres que os receberam de braços abertos, sentimento que procuram partilhar com os mais novos.

“Aos novos, que chegam no princípio cheios de vergonha, recebemos-lhes de bom coração, porque acreditamos que estamos a lutar pela mesma causa. Se for para estarem a roubar ou a praticar outros crimes, que venham para o cais e trabalhem licitamente porque o mar é grande e acolhedor, de certeza, que não faltará sustento para todos nós”, disse ao A NAÇÃO uma das peixeiras do cais da Praia, conhecida por Dulce. 



Peixeiro Alcides Freire: “Sinto-me realizado com o que faço”

Alcides Freire é natural de Mato Afonso, interior do concelho de São Domingos, e há 25 anos que vai ao Cais da Praia comprar peixe para revender.

“Quando resolvi ser peixeiro, éramos apenas quatro homens, entre centenas de mulheres no cais”, lembra, sem esquecer também das discriminações sofridas.

“Os rapazes, sobretudo da minha zona, faziam chacota da minha escolha. Na altura, eu ganhava a vida como agricultor e recebia 2 mil escudos por dia. Quando comecei a vender peixe, a convite do meu irmão mais velho, vi que o lucro era maior e não pensei duas vezes”, recorda Alcides, garantindo que nunca se arrependeu da escolha.

“Com a venda de peixe, consegui criar os meus filhos, e posso dizer que passei de coitado para aquele que tem uma vida estável. Hoje sou chefe de família, tenho casa própria e três viaturas, todas adquiridas com dinheiro da venda de peixe”, acrescenta.

Inspiração para os mais jovens

Pelas suas conquistas, este veterano diz que não consegue ver-se noutra actividade que não esta. “Sinto-me realizado com o que faço”, afirma, orgulhoso, até porque considera que tem servido de modelo a vários jovens iniciantes.

“Há três anos que temos registado cada vez mais jovens à procura desta actividade. Quando chegam, dou-lhes todo o ‘moral’,

isto é, para pegarem com afinco, que banheira de peixe à cabeça não é crime, pelo contrário, devemos sentir-nos orgulhosos de ao fim de cada dia levar para casa o fruto do nosso trabalho”, salienta.

“Os mais jovens entram no carro comigo e ajudam-me a vender nas voltas que dou. No final do dia, levam dinheiro e peixe para casa. Isto desde que comecei a vender no carro. Os com mais idade recebem dos pescadores, armadores e peixeiras produtos para revenderem e tirarem o seu lucro”, conta.

“O lucro chega a ser melhor do que se pensa”

Alcides diz que, por vezes, o lucro chega a ser melhor do que se pensa.

“Se um peixeiro conseguir fazer duas voltas, leva para casa muito mais do que 800 ou mil escudos de ganho, valor este que os trabalhadores da construção civil ganham por dia. Isto sem contar que trabalham menos, já que terminam, quase sempre, antes das 15 horas, e sobra ainda tempo para descansar e fazer outras coisas”, explica.

Para este cabo-verdiano, o mar tem sido a solução para muitas famílias vulneráveis, pelo que a tendência é haver cada vez mais jovens “peixeiros” que, aos poucos, vão tomando coragem para enfrentar a vida, com decisões certas, como a que tomou há 25 anos e nunca se arrependeu. RM





Gustavo Lima Araújo

A crise nos transportes aéreos

Uma má aventura entre milhares

A frase que mais eu tenho ouvido nas últimas semanas sobre os transportes em Cabo Verde é, que nunca o país tinha conhecido uma situação semelhante.

Começo com um exemplo que reforça essa afirmação e que ajudará os menos atentos a compreender o que se passa atualmente.

Um nosso compatriota emigrante precisava deslocar-se ao país para, para além de usufruir de um direito que ele considera inalienável, que é estar na sua terra, com o seu povo, também resolver vários assuntos.

Marcou a viagem para o dia cinco de julho na companhia que alguns ainda diziam ser nacional, de bandeira, a TACV (ou Cabo Verde Airlines). Por isso, foi objeto da chacota de alguns compatriotas melhor avisados. Nove dias antes da viagem, ele é informado pela companhia que o voo tinha sido cancelado.

O nosso compatriota, como a TACV não cumpria as suas obrigações, nomeadamente o reencaminhamento para um outro voo/companhia, comprou uma outra passagem na TAP para o dia 17 de julho, para a ilha do Sal.

Depois de ter adquirido o bilhete, foi informado que não deveria contar passar apenas dois dias no Sal, como era a sua intenção, porque os voos de ligação às outras ilhas eram raros, imprevisíveis, caros e antes de aparecerem já estavam lotados.

Este nosso compatriota retorquiu que não haveria problemas; na década de cinquenta, quando ele lá nasceu, havia o Indut, o Manelica e o Santo Antão, para citar apenas os barcos que faziam a ligação regularmente para a ilha de São Vicente, ilha de São Nicolau, etc. e como ele não é deslumbrado com as viagens de avião, então sairia do Sal de barco. «Pior ainda!» disse o amigo, «De barco, sair do Sal, só no mês de agosto; as viagens que estão programadas (não quer dizer que se realizem) são raras e já estão cheias.»

O nosso compatriota emigrante recorrendo ao seu poder de encaixe e à sua vontade e necessidade de viajar para Cabo Verde, querendo encontrar algo positivo na situação (seria necessária uma grande imaginação...), retorquiu que pas-

saria os dias na praia de Santa Maria, a compensar os anos perdidos e a confraternizar com familiares e amigos. Estava resolvido o assunto pensou o nosso emigrante! A sua história poderia ser desmotivante, mas as de muitos compatriotas seriam ainda piores...

Mas a aventura do nosso emigrante ainda não tinha terminado.

No dia 17 de julho devido a uma greve da empresa de handling no aeroporto de Lisboa, o voo para o Sal, entre outros, foi cancelado. A proposta de reencaminhamento que a TAP lhe apresentou foi um voo no dia 7 de agosto. Resumindo: o nosso compatriota que adquiriu uma viagem para Cabo Verde para o 5 de julho só poderá chegar a 7 de agosto. O nosso compatriota inconformado apenas murmurou: “sina dum cabo-verdiano emigrante”. Ou será sina dum qualquer cabo-verdiano?

Apresentamos a história de um emigrante, de quem o país tanto precisa, mas poderia ser a história dum turista que, caso fossemos capazes, poderíamos fazer com que ele deixasse algumas divisas em Cabo Verde (o que ainda não conseguimos) ou de um investidor com dinheiro de origem saudável para investir no país.

Bastava este pequeno exemplo que apresentamos, para se concluir que estamos a falar de um país (arquipélago) que está longe de ser de desenvolvimento médio, e que nem está na boa direção para que possa almejar a sê-lo.

Mas não vamos cingir-nos a apresentar casos que a maioria já conheceu muitos semelhantes e, nem vamos ser egoístas e não perder tempo a contribuir humildemente para visar compreender o porquê da situação.

Antes do “hub” também já era assim

No centro do que foi acima exposto está a empresa Transportes Aéreos de Cabo Verde (T.A.C.V) recentemente privatizada e renacionalizada.

Antes de abordar o que eu penso sobre os desenvolvimentos que essa empresa conheceu no passado recente, vou recuar quarenta anos e apresentar um outro caso que, depois de constatadas as analogias, talvez leve o leitor a compreender melhor a situação atual.

Decorria o ano oitenta do século passado. Cabo Verde era um país recém-independente. O Governo de então decidiu implementar o projeto de construção de uma empresa de reparação naval – o maior empreendimento da época e tal-

vez o maior no sector industrial que o país conheceu até ao presente. Surpreendeu-me a decisão pelo facto do sector da construção e reparação naval no ocidente estar a atravessar uma profunda crise, devido à concorrência de países asiáticos. Descobri que a ideia tinha chegado do estrangeiro. Alguém, a partir do estrangeiro, tinha apresentado essa ideia aos nossos governantes. Na altura eu já acompanhava de perto algumas economias africanas e talvez por isso não fiquei muito admirado com a origem do projeto. Mas a minha admiração seguida de incredulidade começaria mais tarde quando analisei a montagem estatutária/financeira do projeto que se consubstanciou no seguinte: criaram-se duas sociedades, uma empresa pública, que se endividando no estrangeiro seria a dona dos estaleiros e uma empresa privada que se ocuparia da gestão (os investimentos necessários nessa empresa seriam uma fração dos custos de construção a cargo do estado). Os acionistas dessa empresa privada eram o estado cabo-verdiano, uma empresa portuguesa do setor que estava em situação de falência (a portuguesa Lisnave) e uma empresa holandesa, todos com trinta e três por cento do capital. Estou a falar da Cabmar (proprietária dos estaleiros) e da Cabnave (gestora dos estaleiros).

A empresa holandesa contribuiu para o capital social da Cabnave, não com dinheiro, mas com uma patente. Patente que defendia uma tecnologia arcaica já em desuso e por conseguinte já não tinha valor nenhum. O outro acionista estrangeiro, a Lisnave, mesmo que tenha contribuído com dinheiro para o capital social, recuperá-lo-ia de imediato. De que maneira? A empresa estava numa crise profunda (de que nunca viria a recuperar) e tinha centenas de trabalhadores excedentários. A lei portuguesa era de uma grande rigidez no que respeitava a despedimentos que, mesmo quando possíveis tinham um custo muito elevado. Dezenas de trabalhadores da Lisnave foram destacados para a Cabnave. Mesmo que a Lisnave tenha contribuído para com dinheiro para o capital social, ela recuperou de imediato o seu investimento e talvez com uma boa rentabilidade através das indemnizações não pagos a esses trabalhadores. Os investidores estrangeiros contribuíram com a pele do cão como se diz na gíria. Aos primeiros indícios de que esse projeto era descabido (os estrangeiros sabiam-no desde início o Governo é que não), sem nenhuma possibilidade de ser rentabilizado, esses investidores desapareceram deixando o estado cabo-

-verdiano com uma dívida para pagar (em termos financeiros ou de qualquer outra forma ainda mais onerosa como tem sido prática) e com um montão de ferro velho, num terreno contaminado à espera que surja um outro empresário estrangeiro a quem será doado esse terreno (tem sido prática) em troca dum investimento imobiliário que criará uns empregos de pouca qualidade.

Poderia também falar do projeto agrícola de Monte Genebra no Fogo. Seria um dos projetos que contribuiriam para o objetivo do país exportar 60 a 80 por cento da sua produção agrícola, conforme objetivos plasmados num documento (hoje dir-se-ia de estratégia) emanado da Secretaria de Estado de Cooperação e Planeamento. Imaginem, num país sem terrenos aráveis e sem água. Os estrangeiros proponente desse projeto não sabiam ou não disseram que, na altura, para se poder vender de forma rentável para mercados externos o custo da água não deveria ultrapassar os dois escudos por m³, quando o custo da produção da água para esse projeto era de vinte e dois escudos.

Mas um “hub” no aeroporto do Sal ???!!!

Alguns leitores já terão começado a perceber o porquê desse desvio, quando o tema é o setor dos transportes e sobretudo a TACV. Quase quarenta anos depois dos exemplos acima apresentados, aos quais seguiram muitos outros, era mais do que tempo dos nossos políticos terem aprendido as lições.

Quando ouvi o governo anunciar há mais de cinco anos, aquilo que todos aguardavam como solução para a TACV, tirei a seguinte conclusão: o governo achava que os cabo-verdianos não têm as competências para organizar e gerir a atividade de transporte aéreo inter-ilhas, mesmo em situação de monopólio como foi o caso ao longo de décadas. Mas, completava o Governo, uns estrangeiros (de que ninguém tinha ouvido falar até à altura) dizem-nos que podemos ter um “hub” aeronáutico no aeroporto do Sal. Comecei a pensar nas analogias com o projeto Cabnave e Monte Genebra. Estrangeiros, sem nenhum conhecimento da realidade do país, que surgem com ideias de projetos para desenvolver o país. Mas esperava que as analogias ficassem por aqui. Mas infelizmente não.

Deixemos a questão do transporte aéreo inter-ilhas para uma posterior análise. Diremos apenas aquilo que é dos manuais de economia e que a reali-

dade nunca desmentiu: os monopólios privados determinam preços mais elevados, menor produção (neste caso menos voos disponíveis) e ausência de inovação. Além disso, pela própria natureza do investimento privado (lucro como objetivo) nada têm a ver com o desenvolvimento dum país.

Como era possível surgir a ideia do “hub”, ela germinar rapidamente, delapidar milhões da riqueza que os cabo-verdianos não têm, assinar a sentença de morte a prazo da maior empresa nacional, destruir a única marca (mesmo sem muito valor de mercado) que o país possuía (a TACV), desestruturar a vida de muitas famílias obrigadas a deslocarem-se para o Sal, enveredando por um caminho que tinha todas as evidências que não iria conduzir a nada de bom.

Abordemos o assunto sem complexidades técnicas, que muitas vezes só servem para os pseudo competentes tentarem enganar a maioria.

Quando desde há trinta anos os meus amigos que iam para Macau viajavam logo de manhã de Lisboa para Londres e a meio do dia apanhavam o avião para o oriente imaginei logo como era montado esse transporte sem necessidade de ninguém mo explicar; durante a manhã com origem em inúmeros aeroportos europeus partiam aviões que transportavam cinquenta, cem, cento e cinquenta passageiros e depois de lá estarem reunidos em Londres partia um avião com capacidade para mais de quatrocentos passageiros para o oriente. Nada mais racional. Todos sabem que o custo do transporte por passageiros decresce muito depressa quando os transportamos num grande avião em vez de os transportarmos em muitos pequenos aviões.

Essa ideia do “hub” aéreo é tão racional que terá surgido espontaneamente ou se alguém o inventou não merece nenhuma medalha.

Mas um “hub” na ilha do Sal ???!!!

O aeroporto do Sal era onde eu ia brincar ao fim da tarde quando criança. Hoje gostaria de o ver com centenas de postos de checkin, centenas de portas de embarque, freeshop onde se poderia comprar de tudo, como os aeroportos de Las Palmas, Tenerife, Palma Maiorca (apenas para citar pequenas ilhas). Mas tendo crescido, aprendi a não acreditar em histórias da carochinha, sobretudo quando me são contadas por estranhos.

Imagino-me como professor do ensino secundário em Cabo Verde. Um professor que acha que os alunos também devem abordar assuntos práticos mes-

mo nesse nível de ensino. Então um caso prático: “A racionalidade de investir num “hub” no aeroporto do Sal”. O professor apresentaria a metodologia e eles encontrariam a solução. Dizia-lhes para pegarem numa folha de papel a4 e desenharem a ilha do Sal no centro. À volta da ilha coloquem os vários destinos que esse “hub” iria servir: Lisboa, Roma, Lagos, Fortaleza, etc., etc., etc. Vão à internet e vejam qual a distancia que esses inúmeros aeroportos se encontram da ilha do Sal e o tempo que demora a viagem até ao Sal. A pergunta seria: “Quanto tempo levaria um avião a transportar os passageiros de todos esses aeroportos até à Ilha do Sal e depois transportá-los para os seus destinos finais?” Apenas com uma simples calculadora (ou talvez ela nem fosse necessária) os alunos dariam uma resposta. Essa seria: muitas semanas. E com dois aviões? O tempo reduzia para... ainda muitas semanas. Chegaríamos a cinco aviões e o professor dizia. Basta, não há dinheiro para mais aviões. Um aluno dos mais atrevidos adiantava: há dinheiro sim, os islandeses dizem que haverá para muitos aviões. Como o professor sabe que não deve reagir a ingenuidade infantil com severidade, aceita a observação. Segunda parte do exercício. Abriria a página web da Flightradar e mostrava-lhes o avião da Air Nigéria a sobrevoar Santo Antão num voo de Washington para Lagos. E a segunda pergunta seria: “Porque motivo aqueles passageiros que estão a viajar com todo o conforto num avião de última geração (os nossos seriam velhos e obsoletos) aceitariam viajar com a nossa companhia, perdendo muitas horas no aeroporto do Sal, onde não teriam um ginásio, não poderiam fazer uma sauna para descontraírem, disporem duma internet 5G a que estão habituados, fazerem compras de toda a gama de artigos a bons preços, não terem a opção de serem reencaminhados para uma outra companhia caso a nossa tenha um azar de ter um ou dois aviões avariados, etc., etc.? Haveria certamente algum aluno que conseguiria responder (até admito que ele não fosse filho dum político, apenas inteligente): cobraríamos preços mais baixos. O professor não o chamava de ignorante. Daria uma ajuda informando-os que o setor dos transportes aéreos é muito competitivo, as companhias aéreas têm que se contentar com margens muito pequenas, têm que investir muito em publicidade para conseguirem clientes e por isso baixar os preços não seria solução porque nesse caso a nossa companhia não seria rentá-

vel e cedo ou tarde abriria falência.

Tenho a certeza que conseguiria convencer os meus alunos (mesmo aqueles filhos de políticos) que a ideia dum “hub” na ilha do Sal era uma ideia desprovida de qualquer sentido, descabida e irracional, que só poderia germinar em mentes pouco informadas ou com objetivos inconfessáveis. Se não conseguisse seria certamente por ser um mau professor.

Mas essa ideia dum “hub” no Sal não resiste também quando analisado de um outro prisma. Um projeto desses tem objetivos estritamente de ordem comerciais/financeiros. Daria lucros ou não. Quando falo em lucros estou a referir-me a resultados financeiros. Mesmo que o projeto fosse de iniciativa privada e financiada com dinheiros privados, estou convencido que nunca avançaria. Qualquer grupo empresarial que decidisse avaliar a sua rentabilidade, chegaria muito rapidamente à conclusão que ele não seria viável. Bastava conhecer a concorrência. O “hub” de Lisboa que serve a América Latina; neste momento servido pela pequena TAP (mas um gigante comparada com a TACV) e outras companhias, mas que a qualquer momento poderá passar para as mãos dum gigante do setor aéreo. O “hub” de Casablanca que serve o continente africano é servido por várias companhias encabeçadas pela Royal Air Marrocos que tem capacidade para encomendar dezenas de aviões novos de uma só vez. Aliás, quando se pensa num “hub” deve partir-se dum aeroporto para ser “abastecido” por um grande número de companhias aéreas e não a partir de uma companhia sem aviões que vai utilizar um pequeno aeroporto, antigo e disfuncional.

O aeroporto de Lisboa, que os nossos políticos bem conhecem, nas últimas décadas não parou de beneficiar de grandes obras de crescimento e modernização. E Lisboa terá cedo ou tarde um aeroporto de dimensão muito maior. Atualmente movimenta mais de trinta milhões de passageiros. O aeroporto de Casablanca tem um tráfego próximo dos 6,5 milhões de passageiros.¹

Não consigo perspetivas retornos de natureza não financeira com dimensão significativa para que pudessem pesar na tomada de decisão na afetação de dinheiros públicos para o investimento em causa.

O governo desviou-se dum objetivo estratégico (cá estou eu a utilizar chavões que a nossa classe política muito utiliza sem receio de que alguns se apercebam

¹ Números pré-pandemia

que não sabem do que estão a falar), para qualquer estado (sobretudo ilhas isoladas no meio do mar) com uma elevada percentagem da sua população a residir no estrangeiro e que poderia ser uma importante fonte de recursos para o país. Preteriu aquilo que tinha sido até então e deveria continuar a ser o único objetivo estratégico da TACV; o mercado étnico e o mercado turístico. No mercado étnico a companhia poderia aspirar a ser competitiva. No mercado turístico a companhia poderia ter um papel pivot na política para o setor do turismo quando esta viesse a existir.

Esse posicionamento seria justificado não apenas com resultados financeiros, mas com um conjunto de retornos indiretos e intangíveis, mas evidentes para aqueles que dispõem de competências para desempenharem com responsabilidade as funções que os cidadãos lhes conferem. A única preocupação que deveríamos ter era a de saber se algum dia poderíamos gerir a TACV de forma eficiente. Não tem a ver com contabilidade financeira, mas sim com processos para avaliar a eficiência. E se a conclusão fosse que seríamos incapazes de a gerir, acreditem meus caros concidadãos que não serão estrangeiros que irão gerir essa e outras companhias para o bem dos cabo-verdianos.

Boas soluções têm que começar na vontade de servir o povo e suportadas na competência

A nossa classe dirigente que muito gosta de copiar os exemplos que chegam de Portugal, mesmo quanto não se adaptam à realidade do país, não foi capaz de extrair, do debate que tem existido em torno da continuidade ou encerramento da TAP, algumas conclusões que por maioria de razão se aplicariam a Cabo Verde. A corrente dominante é de que a TAP não pode desaparecer. Mesmo sendo Portugal servido diariamente por dezenas de companhias aéreas, a TAP transporta muito mais passageiros do que todas as outras juntas. Se a TAP não existisse Portugal não teria conseguido os progressos extraordinários na captação dum turismo de qualidade.

A TAP poderá servir muito bem os objetivos da economia portuguesa, mas nos seus objetivos estratégicos não consta o desenvolvimento de Cabo Verde. Há cerca de quinze ou vinte anos, numa leitura de relatórios da TAP constatei duas coisas: uma que era de conhecimento público, os grandes prejuízos da companhia,

outra que ela tinha só duas linhas rentáveis. A linha do Rio de Janeiro e, adivinhem... a linha do Sal (único aeroporto para onde voavam para Cabo Verde na altura). A minha reação foi, porque deveremos ser nós, povo pobre e desgraçado a pagar a ineficiência da companhia aérea da nossa antiga potencia colonial? Talvez porque erámos os únicos totós que se colocavam a jeito. Nos últimos anos só sei da TAP o que me chega pela comunicação social. Nos anos de 2018 e 2019 a companhia registou prejuízos superiores a cem milhões de euros. Mas se fosse pesquisar estou convencido que constataria que as linhas de São Vicente, Praia e Sal são altamente rentáveis apesar das grandes ineficiências na gestão dessa companhia. O leitor que coloque a mesma pergunta e encontre a sua resposta.

Não acredito que o Governo cabo-verdiano tenha realmente a vontade de reorientar os objetivos da TACV com a convicção de que ela deve estar ao serviço dos objetivos acima mencionados. Até porque ainda não vi um reconhecimento do erro colossal que constituiu esta aventura do “hub” do Sal. Ninguém assume a responsabilidade pelos milhões delapidados. Os milhões transferidos do Tesouro e as garantias bancárias nunca serão recuperados pois serviram para financiar prejuízos e não investimentos. E os outros milhões de prejuízos para a economia que não são fáceis de calcular e não haverá vontade de as calcular.

As culpas foram atiradas, inicialmente para a pandemia, e posteriormente para os islandeses, que tantos elogios receberam há cinco anos. Chegaram para preparar a TACV para a privatização. Era óbvio para qualquer cidadão que acredita existir nos governantes alguma ética republicana, que os islandeses não poderiam concorrer na privatização dos TACV. Foi-lhes permitido concorrer. E como seria de esperar não surgiu nenhum outro interessado.

As lições a tirar

Mas o problema nunca esteve no parceiro, mas na opção estratégica em si.

As analogias com o projeto Cabnave não ficaram, infelizmente, pela origem estrageira da ideia. Os dois projetos assemelham-se também pela qualidade desses parceiros, as suas motivações, a sua falta de capacidade financeira. Os investidores islandeses, como os da Cabnave, partirão tendo assegurado um bom retorno dos seus investimentos. Mas quarenta anos separaram os dois projetos.

Os nossos políticos deveriam ter aprendido alguma coisa.

Ideias não faltam por aí. Mas as boas são raras. Quando aparece em Cabo Verde um empresário propondo um qualquer projeto, e sobretudo esses com elevadas necessidades financeiras, se ele não trás consigo os meios financeiros para a sua implementação deveríamos suspeitar da qualidade desse empresário e das suas verdadeiras intenções. E no mundo atual é fácil e rápido conhecer a capacidade financeira de qualquer entidade.

Depois da aposta num objetivo comercial em detrimento dos interesses da economia cabo-verdiana não vejo o Governo com credibilidade e competência para voltar atrás.

Com base nas decisões que o Governo tem tomado ao longo dos últimos anos para o sector do transporte aéreo não há nenhum motivo para não deixarem cair a TACV. Se há cinco anos atrás os objetivos que tinham a ver com o desenvolvimento do país foram preteridos não vejo porque seriam retomados agora sem o reconhecimento do erro cometido e o empenho necessário para se encontrar uma boa solução.

Numa verdadeira democracia esta crise nos transportes faria rolar muitas cabeças. Mas como um compatriota me lembrou estamos a falar duma “democracia africana”.

Reconheço que, apesar da dimensão deste artigo, apenas abordei o assunto de forma superficial, abrangendo apenas as causas diretas e que deviam ser evidentes para todos. Mas uma explicação mais abrangente e cabal teria de abordar aspetos que são tabus. Muitos saberão a que me refiro, mas fingem o contrário. Para ou outros espero que tentem descobrir esses tabus.

Conclusão

Enquanto existirem as questões que ninguém quer colocar, o Estado continuará a afastar-se cada vez mais daquilo que deve ser o seu principal objetivo, o bem-estar dos cidadãos, e o regime continuará a deteriorar-se e chegará o momento em que ele já não conseguirá autorregenerar.

E os tabus são sempre quebrados.

Quando tal acontecer rolarão, certamente, muitas cabeças. E desejo que tal seja apenas no sentido figurado e que tal aconteça no âmbito de processos democráticos mesmo que apenas formais.

gustavoaraujo3@gmail.com

OPINIÃO



Marciano Moreira

Diferensas entri nos kriolu i kriolu santumensi

Ensaio

Pamodi ki e relevanti ben mostra-nhos es diferensas? Pa da-nhos mas un prova ma nos lingua ka e dialetu di purtuges.

Na anbitu di un mesmu povu e ki ta surji dialetus di lingua di kel povu. Ora, menbrus di un mesmu povu ten ki nten-de kunpanheru, pabia es ta vive djuntu i es ten ki kumunika ku kunpanheru. Pa izenplu, Purtugezis ta ntende kunpanheru indipendentimenti di dialetu ki kada un uza. Un analfabetu di Portu ta konsigi kumunika ku un analfabetu di Argarvi sen tradutor.

Ker kriolu kabuverdianu ker kriolu santumensi (tanbe konxedu pa foru) e di bazi leksikal purtuges, istu e, maioria smagador di palavras ker di kabuverdia-

nu ker di santumensi e di orijen purtuges.

Purtantu, si nos kriolu era dialetu di purtuges i kriolu santumensi era dialetu di purtuges, Kabuverdianus i Santumensis, nu al ntendeba kunpanheru ti ki kada un papia se kriolu, istu e, se dialetu di purtuges.

Pur isu, N ta ben da-nhos 8 frazi na santumensi pa nhos odja si nhos ta ntende (tradu-sions pa nos lingua e mi ki faze, mas frazis na foru i ses tradu-sions pa purtuges, N tra-s di es livru: "ESTUDO DO LÉXICO DO SÃO-TOMENSE COM DICIONÁRIO", CARLOS DE SOUSA FERREIRA FONTES, 2007, Dissertação de Mestrado – <https://tinyurl.com/y9mmltx8>):

- «Ke ben labadu a ka konsê

jina skada.» / Kaza ben labadu ta konxedu desdi skada. / A casa bem lavada conhece-se desde as escadas.

- «Ami so sa donu di ke se.» / Ami e donu di es kaza. / Sou eu o dono desta casa.

- «Migu mu chê ku ami.» / Nha amigu sai ku mi. / O meu amigo saiu comigo.

- «Tudu ngê sa ka fla n'ami.» / Tudu algen sa ta papia mal di mi. / Toda a gente está a falar mal de mim.

- «Ê sa pena mu an!» / Koitadu di mi! / Coitado de mim!

- «Bô pô sa glavi, machi bô tê defêtu.» / Bu pode ser bunita, mas bu ten difetus. / Tu podes ser bonita, mas tens defeitos.

- «Ya jibon bô!» / Ale li bu kazu! / Está aqui o teu casaco!

- «Êle bô (ê)?» / Undi el sta? / Onde ele está?

Pruvavelmenti nhos ka ntende ninhun frazi di foru, trokadu diferensas na sintaksi i diferensas na alterason di palavras purtuges. Isu e prova ma nen nos lingua nen foru ka e dialetu di purtuges!

E verdadi ma nos lingua ten influensia di linguas di Altu Gine (dizignadamenti linguas N ko) i foru ten influensia di linguas di zona di Golfu di Gine na atual Togu ku Gana ku Benin (linguas kuá) i di zonas di riu Kongu na atual Angola (linguas bantu). Mas, leksiku di orijen afrikanu e inferior a 8% na foru i pruvavelmenti inferior a 5% na kabuverdianu.

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
20/07/2021	Taxa Base Anual	1,0301
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
17/06/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
23/06/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
01/07/2021	Operação Monetária de Financiamento (3 Anos)	0,7500
06/07/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
07/07/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
14/07/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
20/07/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
27/07/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
21/05/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	2,9375
03/06/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	3,0000
11/06/2021	Obrigações do Tesouro 3 anos	3,0000
23/06/2021	Obrigações do Tesouro 5 anos	3,0000
01/07/2021	Obrigações do Tesouro 8 anos	3,0625
08/07/2021	Bilhetes do Tesouro 150 dias	1,0000
14/07/2021	Obrigações do Tesouro 6 anos	3,0000
20/07/2021	Bilhetes do Tesouro 115 dias	1,0625

Taxas de Câmbio de 28-07-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	93,265	93,467
INGLATERRA	GBP	1	128,809	129,112
CANADÁ	CAD	1	74,237	74,378
SUIÇA	CHF	100	10 197,665	10 210,441
JAPÃO	JPY	100	84,769	84,896
DINAMARCA	DKK	100	1 481,290	1 483,979
NORUEGA	NOK	100	1 054,601	1 057,291
SUÉCIA	SEK	100	1 083,323	1 086,180
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,188	6,390
CHINA	CNY	100	1 435,761	1 435,761
BRASIL	BRL	1	17,991	17,991
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Prato cheio

Caldo de peixe

(Receita: Sabores de Cabo Verde)

Ingredientes

- 1 kg de peixe;
- 1 pimento;
- ½ kg de mandioca;
- cheiro verde q.b;
- ½ kg de inhame;
- 2 dentes de alho;
- ½ kg de banana verde;
- malagueta q.b;
- folha de louro q.b;
- ½ kg de batata doce;
- azeite q.b;
- 2 cebolas médias;
- sal q.b;

Modo de preparação

- 1- Tempere o peixe com sal, azeite, louro e alho;
- 2- Numa panela, doure a cebola, o alho e o pimento no azeite, a seguir acrescente as verduras cortadas e lavadas e acrescente água suficiente;
- 3- Quando as verduras estiverem quase cozidas, acrescente o peixe, o cheiro verde e a malagueta;
- 4- Para engrossar o caldo, dissolva um pouco de farinha de trigo ou puré de batata em água e adicione o conteúdo ao caldo;
- 5- Deixe ferver em lume brando até ficar bem apurado.
- 6- Acompanhe com xerém, rolão ou arroz.



Caça-palavras

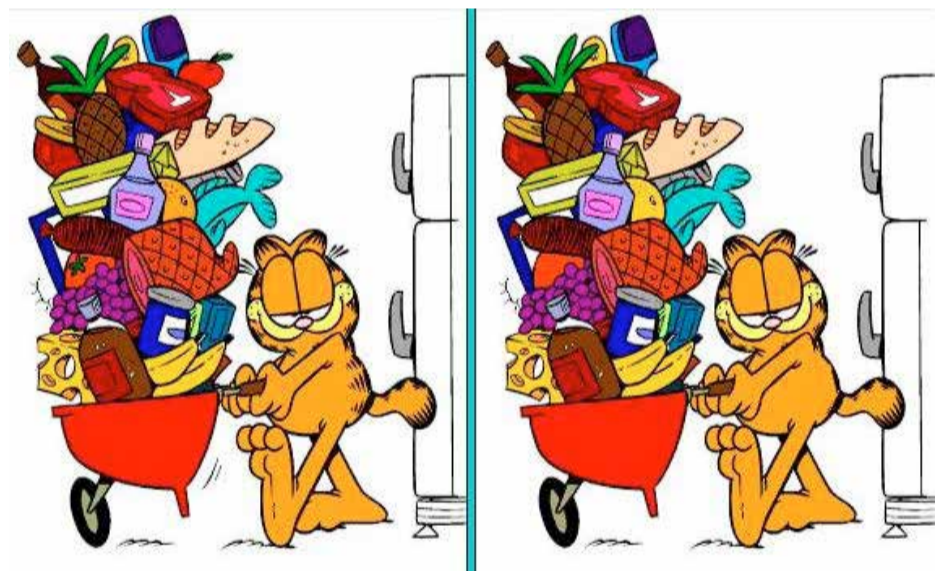


Encontre o nome de dez localidades de Santa Cruz:

SOLUÇÕES:

- PEDRA BADEJO
- RIBEIRÃO BOI
- BOCA LARGA
- PORTO MADEIRA
- ACHADA IGREJA
- SEREIHO
- MATINHO
- REBELO
- LIBRÃO
- CANGELO

Sete



Talento

Manuel António Duarte Paquete, mais conhecido por Cjey Patronato, é um artista que nasceu na cidade da Praia, no bairro da Vila Nova. O rapper, desde sempre, viveu em ambientes envoltos pela música, mas só em 2018 enveredou-se oficialmente por esta arte.

Big Z foi a sua maior inspiração e o “empurrão” que faltava para que Cjey Patronato se lançasse no mundo da música. Decidiu dedicar-se, então, ao Rap, Trap Music e RNB e, até ao momento, já conta com diversas obras e todas da sua própria autoria.

A primeira música lançada foi “Ami e ka Sima Bo”. Além dela, Cjey Patronato já dispõe de uma lista extensa de obras, entre elas “Raptrospectiva”, “Alkimia”, “Nha Strela”, “Lua”, “Mbappé” e “Robolandia” esta última lançada no passado sábado, 24.

No momento, o artista está a trabalhar no seu novo EP, Alkimia, composto por seis (6) videoclipes. Dois dos quais eles já se encontram disponíveis e os outros devem ser apresentados ao público nos próximos dias.

Cjey Patronato também já teve a oportunidade de participar em diversos eventos,

entre eles concursos, batalhas de rimas e spoken word, além de seus próprios shows.

Este jovem artista, que se espelha no Big Z, Dynamo, Eminem, Lil Wayne, Akon e outros mais, pretende com a sua música ajudar e motivar as pessoas a acreditarem em seus sonhos, proporcionar um refúgio a quem precisa e deixar o seu contributo para o desenvolvimento das gerações futuras.

Para o futuro, Cjey Patronato promete inovar, fazer e proporcionar ao público sempre o melhor de si e de suas músicas.

NA



AGENDA CULTURAL

Jairson Lima expõe “Nôs Tradiçon” no Palácio da

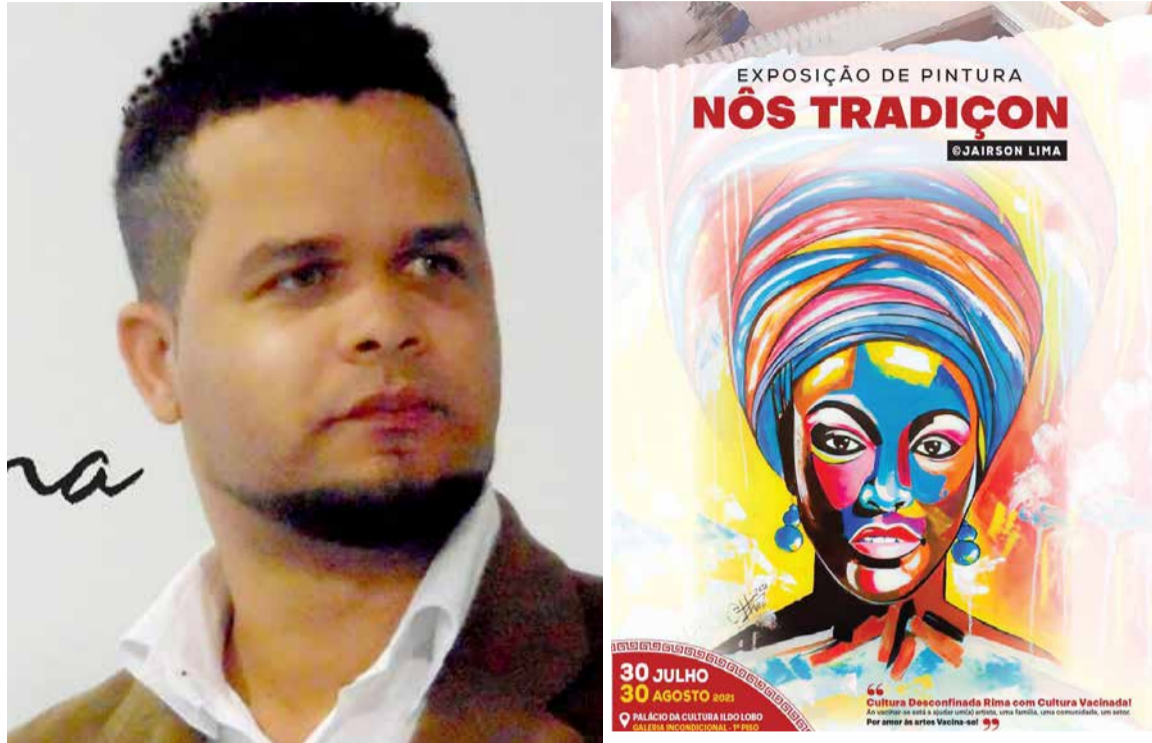
Depois de um ano e oito meses inativos, devido à pandemia, o artista plástico Jairson Lima anuncia o seu regresso, para “fazer o que mais gosta”, com o lançamento de 15 novas obras intituladas de “Nôs Tradiçon”.

O jovem natural de Santo Antão explicou, à Inforpress, que “Nôs Tradiçon” espelha a cultura cabo-verdiana através das vivências do passado.

As obras, de pequenas e grandes dimensões, com cores quentes, pinceladas soltas e bem definidas, irá mostrar mais uma vez ao público o “estilo próprio” deste artista que já conta com 11 anos de carreira, várias exposições, tanto em Cabo Verde como na Europa.

“Nôs Tradiçon” vai estar patente na Galeria Incondicional do PCIL, no primeiro piso, até 30 de Agosto. Aberto a visitas do público, mediante as medidas sanitárias de contenção da pandemia.

A exposição acontece em par-



O artista plástico santantonense Jairson Lima expõe nesta sexta-feira, 30, “Nôs Tradiçon”, no Palácio da Cultura Ildo Lobo, na Praia. A abertura da exposição está marcada para às 17h30 e os 15 quadros estarão patentes até 30 de Agosto.

Romice Monteiro

ceria com o Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas (MCIC) e da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Santo Antão.

Sobre o Artista

Jairson Lima nasceu na Bela Vista, em São Vicente, em 1986, mas aos oito anos foi levado para Santo Antão, Ribeira Grande. Muito cedo demonstrou interesse pela arte e aos 12 anos começou a esboçar os seus primeiros traços.

Desenvolveu desde técnicas secas às húmidas com vários temas, entre eles paisagismo e natureza morta. Aos 18 anos descobriu “verdadeiramente” a sua tendência: pintar telas e desenho à mão livre.

Jairson foi desenvolvendo substancialmente a técnica de acrílico sobre tela, dando tons e contrastes de luz e sombra aos seus trabalhos que lhe rendeu mais de 15 exposições entre as ilhas de São Vicente e Santo Antão, para além de outras ilhas e na Europa.

Acontece

- ▶ Ineida Moniz acompanhada de Edson Brito, Adão Brito e Jorge Pimpa no Quintal da Música, quinta-feira, 29, às 20H30.



- ▶ Música com Gerson Spencer, no Palácio Cultura Ildo Lobo, sexta-feira, 30, às 19H00.



- ▶ Show Derrick Salomão e Mayra Vezo, no Manel d'Novas, Mindelo, sábado, 31, às 20H00.



- ▶ Show de Humor com CVTep, Tikai e Boka Fradu, no Auditório Nacional, Praia, sábado, 31, às 19H00.



Aconteceu...



- ▶ Apresentação do livro “Tiago, uma vida”, na Biblioteca Nacional, quarta-feira, 28, às 18H00.



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 H Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

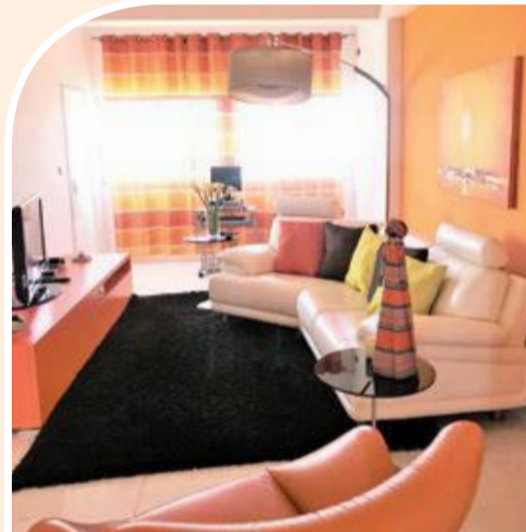
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



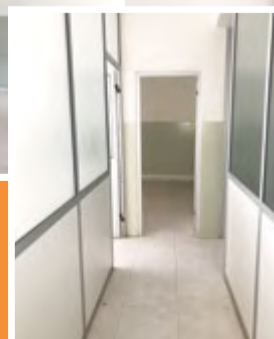
VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAMENTO-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAMENTO-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

Iphone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 3G, 3G+
 Camera - 12 MP
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gray
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 3G, 3G+
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)





Iphone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 3G, 3G+
 Camera - 12 MP
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)

Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)

Contato: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607

Classificados



Ministério da Agricultura
e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente

Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
CP. 115
+238 261 89 84/ (333)71 70
+238 261 75 11

ANÚNCIO

“PLANO DE URBANIZAÇÃO SALININHA”

ILHA DO SAL

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “Plano de Urbanização Salininha”- Santa Maria- **ILHA DO SAL** proponente **Turinvest Holding, SA** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 28 de julho a 07 de setembro nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal do Sal;
- Delegação Regional da Agricultura e Ambiente na ilha do Sal.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 28 de julho de 2021

A Diretora Nacional
Agueda de Burgo
/Agueda de Burgo/



Ministério da Agricultura
e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente

Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
CP. 115
+238 261 89 84/ (333)71 70
+238 261 75 11

ANÚNCIO

“PEDREIRA MINSYNERGY” ILHA DE SANTIAGO

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto-Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “PEDREIRA MINSYNERGY” - **TARRAFAL - ILHA DE SANTIAGO** do proponente **MINSYNERGY RESOURCES, Lda** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 21 de julho a 19 de agosto nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv; - Direção Nacional do Ambiente - Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago;
- Delegação Regional da Agricultura e Ambiente em Tarrafal.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 20 de julho de 2021

A Diretora Nacional
Agueda de Burgo
/Agueda de Burgo/



Técnico Administrativo de Obra

Vagas:

1 (uma)

Empresa:

TECNOVIA CV, Lda - Empresa no ramo da Construção Civil e Obras Públicas procura profissionais competentes que acompanhem a sua expansão nacional.

Requisitos de seleção:

- Conhecimentos gerais na área de construção civil;
- 12.º Ano de Escolaridade;
- Experiência mínima de 3 anos na área e função;
- Bons conhecimentos Informáticos a nível de Office e Primavera
- Disponibilidade imediata;
- Carta de condução de ligeiros;
- Residente em Cabo Verde
- Proactivo, espírito crítico e responsável.

Funções:

- Realização de todas as tarefas administrativas necessárias em obra, nomeadamente a nível de controlo de equipamentos, materiais e pessoas, bem como a nível da gestão documental
- Controlo de Custos

Oferta:

Remuneração compatível com a função e experiência profissional

Contactos:

Resposta com Curriculum Vitae detalhado até 31/agosto/2021, colocando em assunto o título deste anúncio (**Técnico Administrativo de Obra**), para:

EMAIL: recrutamento.geralcv.rh@gmail.com

MORADA: Edifício da Importex, 2.º Dto. – Achada de Santo António - Caixa Postal: 391-A

Só serão consideradas as candidaturas com Curriculum Vitae em anexo.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE

Juízo de Família, Menores e do Trabalho

Caixa Postal nr. 63 telefone 333440

= ANÚNCIO JUDICIAL =

Autos - Inibição do Exercício do Poder Paternal n.º 219/20-21.

Requerente - Marcela Helena Soares Brito, em representação do menor Diego Gonçalo Brito Paixão.

Requerido - Gonçalo Jorge Costa Paixão, residente em Portugal, em parte incerta.

FAZ SABER que, no processo e Juízo acima indicados, é por este meio citado o Requerido acima identificado, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação mínima de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, cujo o pedido consiste em ser decretada a inibição total ou parcial do exercício o poder paternal que o requerido detém sobre o menor Diego Gonçalo Brito Paixão, por aquele ter vindo a infringir culposamente os deveres que lhe

incubem para com este, conferindo a mãe os poderes totais, ou parciais, conforme se entender, de responsabilização, promoção e defesa do desenvolvimento integral e harmonioso do filho menor, designadamente poderes para autorizar a deslocação do filho para Portugal, responsabilização exclusiva pela estadia e educação do filho naquele país europeu; com advertência de que com a contestação se a apresentar deverá oferecer logo os meios de prova.

Mindelo, 08 de Junho de 2021

O Juiz de Direito,

Helder Mauricio Lopes
/Helder Mauricio Lopes/
A Ajudante de Escrivã,

Matilde Gomes Monteiro
/Matilde Gomes Monteiro/

NOTA DE CONDOLÊNCIAS



O Grupo Independente “ALTERNATIVA RIBEIRA GRANDE” (GI-ARG), cumpre o doloroso dever de comunicar a todos o passamento físico, esta segunda-feira 26 de julho, em Ribeira Grande, do seu integrante e ativista **FELICIANO DO ROSÁRIO**, Eleito Municipal em representação do GI-ARG na Assembleia Municipal da Ribeira Grande de Santo Antão.

Feliciano do Rosário, 53 anos, natural e residente na comunidade de Sinagoga, era um bem conhecido cidadão e ativista social, líder comunitário, desportivo e Racionalista-Cristão, tendo deixado a sua marca pessoal em inúmeras iniciativas cívicas, não apenas da sua comunidade, mas também um pouco por todo o município de Ribeira Grande.

Cidadão ativo e empenhado, reconhecido pela sua honestidade, integridade e dedicação às causas em que se envolvia, mas também Homem frontal e corajoso, Feliciano do Rosário abraçou desde a primeira hora a causa do Grupo Independente Alternativa Ribeira Grande, tendo sido o Administrador Eleitoral do Grupo, integrado as suas listas e sido eleito para a Assembleia Municipal nas últimas eleições autárquicas.

À esposa Lurdes Rocha, às filhas Diamara e Ellen e todos os restantes familiares, à população da comunidade de Sinagoga e a todos os seus amigos e conhecidos, os companheiros do Grupo Independente Alternativa Ribeira Grande endereçam as mais sentidas condolências.

Pelo Grupo Independente ALTERNATIVA RIBEIRA GRANDE

27 de julho de 2021



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

- Anúncios 2ª publicação -

Autos: **Acção Especial de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira registados sob no 47/2021.**

Requerente: **Armindo Dias, maior**, divorciado, trabalhador, natural de Santa Catarina, filho de Tomas Dias e de Virgínia Moreira, emigrante em França.

Requerida: **Maria de Lourdes Lopes Vaz**, maior, casada, nascida em 30 de Julho de 1959, emigrante em França, **residente em 56 rue Raymond Lefevre 91260Juvisy Sur Orge com ultima residência conhecida em Cabo Verde Engenhos-Santa Catarina.**

0000000000000

A **Dr. Rosa Carlota Martins Branco Vicente**, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos de 30 dias**, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando a requerida, para no prazo de **10 dias**, posterior àqueles dos éditos, querendo, deduzir a sua oposição do presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (**Divorcio Decretado pelo Tribunal de Grande Instancia de Evry**), pelos factos e fundamentos constantes na petição inicial, depositada nesta

Secretaria para levantamento a qualquer momento.

Mais se notifica a requerida de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta Acção, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **12.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**24.000\$00**), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (**36.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que pode requerer o benefício de Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que serão legalmente publicados.

Cidade de Assomada, aos **trinta dias** do mês de **Junho** de dois mil e vinte e um.

A Juíza Desembargadora,
Rosa Carlota Martins Branco Vicente
/ Rosa Carlota Martins Branco Vicente/
A Oficial de Justiça,
Nidia Santos
/ Nidia Santos/
-Ajudante Escrivão-



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
2.º JUÍZO CÍVEL
Email: 2.juizocivel@gmail.com

- ANÚNCIO n.º 19/2021 -

O Dr. ANTERO CARLOS LUBRANO VARELA, JUIZ DE DIREITO deste JUÍZO CÍVEL e nos autos de PROCESSO EXECUTIVO N.º 12/2018, em que são:

EXEQUENTE: **Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.;**
EXECUTADOS: **CV Decor, Lda., Ana Cristina Simões Raposo Barros e Manuel Pinto Rios.**

VALOR: 5.500.000\$00.

Faz saber, que fica citada a executada, **Ana Cristina Simões Raposo Barros**, maior, ausente em parte incerta, para no prazo de **10 dias**, acrescida da dilação de **30 dias**, que se começará a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio, querendo, querendo, **deduzir oposição à execução, pagar** a exequente supra, a quantia de 5.500.000\$00, acrescida de juros e custas prováveis, ou **nomear bens à penhora**, pelos fundamentos constante do requerimento de execução, cujo duplicado se encontra depositado neste juízo para os referidos efeitos, **sob pena de se considerar devolvido ao exequente o direito de nomeação de bens à penhora.**

Faz saber à citada, de que **é obrigatório** a constituição de advogado nesta acção, que Caso deduzir oposição, deverá no prazo

de **CINCO (5) DIAS**, efectuar o pagamento do preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido de taxa de justiça de igual montante, nos termos do art.º 66 do CCJ, e que têm a faculdade para requerer, em requerimento autónomo, tanto para o Juízo como para a Ordem dos advogados de Cabo Verde, sendo para esta (Ordem), em caso de obrigatoriedade de constituição de advogado, o benefício de assistência judiciária, o qual em relação à Ordem, deverá ser no prazo máximo de **DOIS (2) DIAS**, a contar da data da citação, apresentando desde logo elementos comprovativos das suas insuficiências económicas.

Para constar se passou este anúncio que será entregue ao exequente, na pessoa do mandatário constituído para os devidos efeitos.

O duplicado do requerimento inicial encontra-se neste Cartório à disposição do executado.

Cidade da Praia, 19 de Julho 2021.

Cidade da Praia, 19 de Julho 2021.
O Juiz de Direito
Dr. Antero Carlos Lubrano Varela
A Ajudante de Escrivã
Carla Mendes Brito

Palácio da Justiça, Praça Alexandre de Albuquerque- 2º Juízo Cível
Tel. n.º 3336446/ 3336446 -Fax 2613880 C.P, nº 99



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE 1ª CLASSE DA PRAIA
3º JUÍZO CÍVEL
Palácio da Justiça - Praça Alexandre de Albuquerque
C.P. no 99 - Tel: 2619700 - 3336434 e Fax: 2613880
terceirocivil@gmail.com

ANÚNCIO Nº 16 /2021

//

Pela Secretaria do 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, correm termos os autos de **Execução Ordinária**, reg. sob o nº **21/2021**, no qual, por este meio, é **CITADO** o executado **António de Jesus Q. G Galina Fortes**, com última residência conhecida Assomada - Santa Catarina, para no prazo de **10 (dez) dias** que se contarão depois de finda a dilação de 30 (trinta) dias, contados depois da 2ª e última publicação deste anúncio, **contestar a liquidação, deduzir, querendo, oposição à execução por meio de embargo, pagar ou nomear bens à penhora**, a Ação supra indicada que lhe move a exequente **Morabi - Cooperativa de Poupança e Crédito, Ld.ª**, sob pena de se devolver o direito de nomeação de bens à penhora à exequente.

O pedido do exequente consiste em requerer que a Ação seja julgada provada e procedente, que o executado seja condenado a pagar ao exequente a quantia de **206.100\$00** (duzentos e seis mil e cem escudos), no pagamento das custas processuais e procuradoria como melhor consta do duplicado da petição inicial que se encontra na Secretaria deste Juízo para lhe ser entregue, quando solicitado.

Faz ainda saber ao executado que não é obrigatória a constituição de advogado na presente ação; que, com a sua defesa a apresentar, deverá no prazo de **cinco (05) dias**, efetuar o preparo inicial nos termos do art.º 61º do Código das Custas Judiciais (CCJ), sob pena da sua cobrança acrescida de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, ao abrigo do disposto no artº 66º do citado diploma, sendo advertido de que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, nos termos do presente Código e que poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária, directamente no Juízo, ou no prazo de dois dias a contar da citação, junto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, apresentando logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica.

Para constar se passou o presente e outro de igual teor que serão legalmente afixados.

Secretaria do 3º Juízo Cível da Praia, aos quatro dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e um.

A Juiz de Direito
/Samyra Oliveira Gomes dos Anjos/

Escrivã
/Eulália Sofia Lima Cardoso/



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

Anúncio 2ª publicação

Autos: **Ação Especial de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira registados sob nº 65/2020.**

Requerente: **Lúcia Aurida Brandão, divorciada, natural de freguesia de São Lourenço-Concelho de São Filipe.**

Requerido: **Belky Pereira de Pina, divorciado residente nos Estados Unidos de América.**

00000000000000

A **Dr.ª Rosa Carlota Martins Branco Vicente**, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos de 30 dias**, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando a requerida, para no prazo de **10 dias**, posterior àqueles dos éditos, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (**Divórcio Decretado pelo Tribunal cível de família da Comarca de Suffolk**), pelos factos e fundamentos constantes na petição inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento a qualquer momento.

Mais se notifica a requerida de que

é obrigatória a constituição de Advogado nesta Acção, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **12.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**24.000\$00**), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (**36.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que pode requerer o benefício de Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que serão legalmente afixados.

Cidade de Assomada, aos onze dias do mês de Junho de dois mil e vinte e um.

A Juíza Desembargadora,
/Rosa Carlota Martins Branco Vicente/
A Oficial de Justiça,
/Nidia Santos/
-Ajudante Escrivão-



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

Anúncios-1ª publicação

Autos: **Ação Especial de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira registados sob nº 54/2021.**

Requerente: **Natalina Varela Sanches da Veiga, maior, nascida a 08 de maio de 1968, filha de Ildo Sanches da Veiga e de Jesuína Varela, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, emigrante em França.**

Requerido: **Joaquim Semedo Furtado, nascido a 21 de fevereiro de 1959, natural de Santa Catarina, emigrante em França, com última residência em Cabo Verde em Cova Furtado - Santa Catarina.**

000000000000000000

A **Dr.ª Rosa Carlota Martins Branco Vicente**, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no tribunal acima indicados, **correm éditos de 30 dias**, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando a requerida, para o prazo de **10 dias**, posterior àqueles dos éditos, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (**Divórcio Decretado pelo Tribunal de Família do Estado de Rhode Island-Estados Unidos de América**), pelos factos fundamentos constantes na petição inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento a qualquer momento.

Mais se notifica a requerida de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta Acção, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **12.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**24.000\$00**), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (**36.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que pode requerer o benefício de Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que serão legalmente publicados.

Cidade de Assomada, aos dezasseis dias do mês de Julho de dois mil e vinte um.

A Juíza Desembargadora,
/Rosa Carlota Martins Branco Vicente/
A Oficial de Justiça,
/Nidia Santos/
-Ajudante Escrivão-



República de Cabo Verde
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS MOSTEIROIS
Cidade de Igreja Telefone, 2831307 Fax nº 2831047 CP 8110

ANÚNCIO Nº 01/2018

A **Dr.ª RUTH HELENA BARROS LIMA SANTOS**, JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS MOSTEIROIS

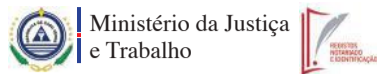
Pelo tribunal judicial desta comarca, correm termos uns autos de Ação Especial de Divórcio Litigioso registados sob o nº **20/18**, que **Ciede Leopoldina Resende Ribeiro** move contra o réu **António Monteiro Gonçalves Gomes**, residente em parte incerta dos Estados Unidos de América, é este réu citado para no prazo de VINTE DIAS, a contar da data de afixação deste edital e finda a dilação de TRINTA DIAS, contestar, querendo, a referida ação, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial que fica na Secretaria deste Tribunal à sua disposição, advertindo-se-lhe de que a falta de contestação **não** importa a confissão dos factos articulados pela autora, ressalvadas as exceções legais; De que toda a sua defesa deve ser deduzida na contestação;

De que é obrigatória a constituição de advogado na referida ação; De que caso contestar a ação, deverá pagar o preparo inicial dentro de **CINCO DIAS**, no valor de 10.000\$00; sob a pena da cobrança deste acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, nos termos dos artigos

58º, 61º e 66º do Código de Custas Judiciais, advertindo-se-lhe de que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva; De que querendo necessário for, poderá requerer o benefício de assistência judiciária, sendo este em requerimento autónomo dirigido ao Meritíssimo Juiz de Direito desta Comarca; De que goza ainda da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de assistência judiciária no que toca a assistência judicial, por advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS, a contar a citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica e podendo aquela instituição.

Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros, 09 de maio de 2018

A Juiz de Direito,
/Ruth Helena Barros Ribeiro Santos/
O Secretário Judicial,
/Rui António/



Ministério da Justiça e Trabalho
CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia onze de maio de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas nº 72, de folhas 43 á 44 v a Justificação Notarial em que são justificantes **Maria Rigaldina da Conceição Lopes, divorciada, Miguel de Jesus Rogério Dias Conceição**, solteiro, maior e João Baptista da Conceição Lopes, divorciado, naturais da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, se declaram com exclusão de outrem donos e legítimos possuidores de um de um prédio de sequeiro, medindo 8079 m2 (oito mil e setenta e nove metros quadrados), situado em Ribeira de Poço - Corda, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Crucifixo, sob o nº 1450/0, confrontando do Norte, com António José Mártir; Sul, com Simão António Fonseca; Este, com Miguel João dos Reis e do Oeste com Guilhermina Nobre Teixeira;

Os justificantes alegam na referida escritura que o prédio de sequeiro, lhe veio a posse da seguinte forma, antigamente pertencia a sua avó, Miguel Manuel Dias, que faleceu a muitos anos, e com a morte do avó, a mãe adquiriu por herança do seu pai, passando a totalidade do prédio e com a morte da mãe há alguns anos atrás, os justificantes adquiriram por herança da mãe, possuindo a totalidade do prédio que pretendem justificar e a ocupação tem sido pacífica, o posteriormente fizeram a inscrição na matriz camaria em seus nomes próprios e não tendo título aquisitivo válido para efeito de primeira inscrição no Registo Predial veem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exercem uma posse pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 25 dias do mês de Maio de dois mil e vinte e um.



Valor: 1.200\$00
Registado sob o nº 1371/21



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CERTIFICO, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia sete de julho de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Ribeira Grande, perante mim **Djamila Rocha Delgado**, Conservadora-Notária Estagiária, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 72, de folhas 77 a 77v, a habilitação de herdeiros, por óbito de **Senhorinha Ana Dias Oliveira**, que também usava nome de Senhorinha Dias Oliveira, viúva, natural da freguesia de Santo Crucifixo, Concelho da Ribeira Grande, falecida no Hospital João Morais no dia oito de maio do ano dois mil e vinte, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande, com a última residência em Chã de Pedras, Ribeira Grande de Santo Antão.

Na referida escritura foi declarado que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes menores e sucedeu-lhe como herdeiros legítimos os seus filhos, a saber: **a) - Neusa Dias Oliveira**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo, Concelho da Ribeira Grande, residente em Portugal; **b) - Laurinda Dias Oliveira**, divorciada, natural da freguesia de Santo Crucifixo, Concelho da Ribeira Grande, residente em Bélgica; **c) - Orlando Nascimento Oliveira**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo, Concelho da Ribeira Grande, residente em Chã de Pedras; **d) - Ana Dias Oliveira**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo, Concelho da Ribeira Grande, residente em Chã de Pedras, **e) - Manuel Aristides Oliveira**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo, Concelho da Ribeira Grande, residente em Holanda, **f) - João Evangelista Oliveira**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo, Concelho da Ribeira Grande, residente em Portugal; **g) - Antónia Senhorinha Oliveira**, casada com Jorge Fortes dos Santos, sem convenção antenupcial, natural da freguesia de Santo crucifixo, Concelho da Ribeira Grande, residente em Portugal.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da falecida Senhorinha Ana Dias Oliveira.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Nova Ribeira Grande, aos 19 de julho de 2021.

CONTA:
Artº 20.4.2.....1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total1.200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)
Reg. sob o nº 1480/2021



Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande - Cidade da Ponta do Sol
Tef :(+238)2251403 - email: Djamila.delgado@rmi.gov.cv



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

= EXTRATO =

Certifico, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º- A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia 27/07/2021, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, perante a Conservadora/Notária, Alicia Patricia da Cruz da Luz, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número 8, de folha 59 a 59 V, uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbitos de **Dionisio Manuel Silva e Alexandre Dionisio Silva**, naturais da freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul, com últimas residências em Ribeira de Janela - Paul, no estado de solteiros, declarados presumidamente mortos pelo Tribunal Judicial da Comarca do Paul, no dia vinte e cinco Julho de dois mil e dezasseis.

Na referida escritura foi declarado que os presumidamente mortos não deixaram testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixaram descendentes menores, nem ascendentes e deixaram como herdeiros os filhos e irmãos, respetivamente: - **Olívio Dionisio Silva**, casado com Joana Sousa Delgado Silva, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente

em Ribeira de Janela – Paul, **Severiano Dionisio Silva**, divorciado, residente em São Vicente e **Francisca Dionisio Silva**, divorciada, residente em Paul de Baixo - Paul, todos naturais da freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul.

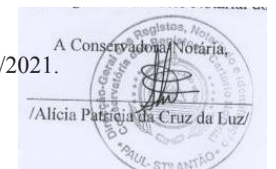
Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 27/07/2021.

Conta nº 400/2021





EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º - A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que no dia dezasseis do mês de Julho do ano dois mil e vinte e um, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sete, de folhas cinquenta e três a cinquenta e quatro, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia dez do mês de Janeiro do ano dois mil e vinte e um, em Copenhaga, Dinamarca, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **JUSTINO LUIS ALVES**, aos setenta e dois anos de idade, com dupla nacionalidade, cabo-verdiana e dinamarquesa, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de solteiro.


Que, o falecido não deixou descendentes e nem ascendentes vivos, e nem fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros, os irmãos germanos, a saber, **a) Gonçalo de Amarante Alves**, casado com Joana

Baptista dos Santos Alves, sob o regime da comunhão de adquiridos; e **b) Justina Brito Alves Livramento**, viúva, ambos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde residem.

Que não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Justino Luís Alves**.

Mais se informa que, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura, nos termos do n.º 5 do artigo 86-A e do artigo 87.º do Código do Notariado.

ESTÁ CONFORME. Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos dezanove de Julho de dois mil e vinte e um.

O Notário,
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/


Art.20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma.....1.200\$00
Processo n.º 291821 Conta n.º 202119059

SEGUNDO CARTÓRIO NOTARIAL DE SÃO VICENTE Avenida da Holanda - Rua Abílio Duarte n.º 9 - Monte Sossego
(Telefone: 2313100 / IP: 3108 - 3110)



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 16 de julho do ano de dois mil e vinte e um, nesta Conservatória/Cartório Notarial de São Domingos, perante mim, Notária Lic. Cláudia Celeste Vaz Pereira, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 15, das folhas 89 a 91 do Cartório Notarial de São Domingos, no qual a senhora **Maria Fernanda Monteiro Gomes Freire Tavares, que outorga por si e em representação dos irmãos e sobrinhos: Maria Augusta Ferreira Varela, Ana Helena Lopes Varela, Mafalda Sofia Gomes Horta Semedo, Eduardo Jorge Gomes Horta Semedo, e Jorge Alfredo Monteiro Gomes**, contribuintes fiscais números 100146406, 172450705, 153913100 e 105636010, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, e Portugal, respetivamente, residentes em Achada São Filipe, Praia e Portugal, nos termos seguintes se declaram:

Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, de dois prédios urbanos moradias rés-do-chão, situados em Varanda e Várzea da Igreja, São Domingos, construídos nos lotes de terrenos com a área de **254.00 e 219.00 metros quadrados** cada, confrontando **Norte** com estrada, **Sul** com terras da diocese/Paróquia, **Este** com caminho e proprietários e **Oeste** com proprietários e Antónia Silva Varela de Carvalho, inscritos na matriz predial urbana da freguesia

de São Nicolau Tolentino sob os n.ºs **6/0 e 46/0**, e omissos nas Conservatórias dos Registos Prediais.

Que os referidos prédios vieram à posse deles **Justificantes a título de sucessão hereditária, por óbito do pai Alfredo Andrade Gomes**, que o tinha adquirido antes do ano de mil, novecentos e sessenta, e que faleceu em 1999 sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhe permita o registo na Conservatória.

Que, portanto, há mais de **vinte anos**, os justificantes na qualidade de herdeiros vem exercendo sucessivamente, e em nomes próprios, uma posse pública, pacífica, contínua, de boa fé, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e com aproveitamento de todas as utilidades dos prédios, pelo que o referido pai adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que ora invoca para efeitos da primeira inscrição no Registo Predial.

Está conforme:

Conservatória/Cartório Notarial de São Domingos, aos 19 de julho do ano de dois mil e vinte e um.

A Notária,

Cláudia Celeste Vaz Pereira

Reg. Sob o n.º/2021
Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00

Conservatória/Cartório notarial da São Domingos, Telefone - 2681563, Várzea da Igreja, São Domingos



EXTRATO

Certifico narrativamente, para efeitos de segunda publicação que, a fls. 9 a 10 do livro de notas para escrituras diversas número 3-A desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de oito de julho de dois mil e vinte e um, na qual se declara que no dia cinco de abril de dois mil e dezanove, na freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, faleceu **JORGE PEREIRA**, de oitenta e sete anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Monte, concelho da Brava, residente que foi em Domingos Lobo, no estado de casado no regime de comunhão de adquiridos com Regina Monteiro Pereira, sua viúva meira.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

a) Maria de Lourdes Fernandes Pereira, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina, residente na cidade da Praia.

b) Georgina Monteiro Pereira, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente em Cova Figueira;

c) Maria Augusta Pereira, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Monte, concelho da Brava, residente em Portugal.

d) Catarina Monteiro Pereira Mon-

teiro, viúva, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente na Brava.

e) Maria de Lourdes Monteiro Pereira, casada com José António Filénio Barbosa, no regime de comunhão de adquiridos, natural de São Tomé e Príncipe, residente em Cova Figueira.

f) Marcelina Monteiro Pereira Miranda, casada com José Francisco Gomes Miranda, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente em Cova Figueira. Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança do falecido.

Cova Figueira e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina do Fogo, aos quinze de julho de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º 04/07

Artigo 20.º 4.2 1.000\$00
Selo do acto 200\$00
Soma..... 1.200\$00 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,
/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SANTA CATARINA DO FOGO Cova Figueira - Telefone n.º 2821050



EXTRACTO PARA PUBLICAÇÃO

CERTIFICO, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que no dia sete de julho de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Ribeira Grande, perante mim Djamilia Rocha Delgado, Conservadora-Notária Estagiária, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 72, de folhas 84 a 84v, a habilitação de herdeiros por óbito de **Maria Cohen Almeida Vitória**, natural da freguesia de Santo Crucifixo, Concelho da Ribeira Grande, falecida no Hospital João Morais no dia cinco de Abril do ano dois mil e vinte e um, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande, com a ultima residência na cidade da Ponta Do Sol Santo Antão.

Na referida escritura foi declarado que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes menores e sucedeu-lhe como herdeiro legítimo o seu filho, **Valdir De Almeida Vitória Santos**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora Da Luz, Concelho de São Vicente, resi-

dente em Luxemburgo.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, pretira ao indicado herdeiro ou com ele possa concorrer na sucessão à herança da falecida Maria Cohen Almeida Vitória.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, pode o interessado, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 21 de julho de 2021.

CONTA:

Art.º 20.4.2.... 1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total 1.200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o n.º 1523/2021


/Djamilia Rocha Delgado.
Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande - Cidade da Ponta do Sol
Tel: (*238)2251403 - Email: Djamilia.delgadooni-gov.cv



Ministério da Justiça e
Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

Certifico, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no Artigo 86º - A do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45º/2014, de 20 de Agosto BO nº 50 – Iª Série, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas nº 72, de folhas 80 a 80 V, outorgada no dia 08-06-2021, na qual, **Dulsalena Costa Fortes**, casada com **José Domingos Ramos da Rocha**, sob o regime legal de bens adquiridos, natural da freguesia de São Pedro Apostalo - Concelho da Ribeira Grande, contribuinte fiscal numero 169267008, portadora do passaporte no PA102986, emitido em 27-02-2019, pela embaixada de Cabo Verde em França, residente em França, se declara que é dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, de um prédio urbano, construído de pedra e barro, coberto de palha, com um compartimento, medindo 44.28 m2 (quarenta e quatro virgula vinte e oito) metros quadrados, inscrito na matriz predial da freguesia de São Pedro Apostalo sob o número 351/0, confrontando do Norte com Fiel João Fortes, Sul com beco. Este com Rua, e do Oeste com Beatriz Maria Lima. Que, o dito prédio, lhe veio à posse, por compra que ela fez ao senhor Fiel João Fortes, no ano de 2005. No entanto não ficou a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer o respetivo registo na Conservatória. Fez a inscrição matricial e por falta de conhecimento não fez o registo predial, mas sempre pagou os impostos devidos, agindo como proprietário do imóvel. Que desde logo entrou na posse, uso e fruição do prédio, em nome próprio, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há mais de dezasseis anos. Que essa posse não titulada foi adquirida e mantida, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados, querendo, podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da última publicação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, Cidade da Ponta do Sol, aos 14 de julho de 2021

CONTA: nº 1468 /2021



Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande - Cidade da Ponta do Sol
Tef: (+238)2251403 - email: djamila.delgado@mi.gov.cv



Ministério da Justiça e
Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

Certifico, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no Artigo 86º - A do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45º /2014, de 20 de Agosto BO nº 50 – Iª Série, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas nº 72, de folhas 82v a 83 V, outorgada no dia 14-07-2021, na qual, **Valentim Évora Monteiro**, casado com **Silvestra Monteiro Belchior**, natural da freguesia de Santo Crucifixo - Concelho da Ribeira Grande, contribuinte fiscal número 100206093, portador do passaporte nº NRH20J6CO, emitido em 08-10-2014, pelas Autoridades Holandesas, residente em Holanda, se declara que é dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, de um prédio, construído de pedra e argamassa, coberto de telha, com dois quartos de dormir, uma sala e dependência com três compartimentos e quintal, medindo 139.35 m2 (cento e trinta e nove ponto trinta e cinco) metros quadrados, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário sob o número 826/0. confrontando do Norte e Este com Herdeiros de Zeferino Fortes, Sul com caminho e Oeste com Levada. Que, o dito prédio, lhe veio à posse, por compra que ele fez ao senhor Miguel João Delgado, no ano de 1984. No entanto, não ficou a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer o respetivo registo

Fez a inscrição matricial e por falta de conhecimento não fez o registo predial, mas sempre pagou os impostos devidos, agindo como proprietário do imóvel. Que desde logo entrou na posse, uso a fruição do prédio, em nome próprio, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há mais de trinta e seis anos. Que essa posse não titulada foi adquirida e mantida, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados, querendo, podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da última publicação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, Cidade da Ponta do Sol, aos 27 de Julho de 2021.

CONTA: nº 1570 /2021



Conservatória dos Registos e Cartório e Notarial da Ribeira Grande – Cidade da Ponta do Sol
Tel : (+238)2251403 – email: djamila.delgado@mi.gov.cv



Ministério da Justiça e
Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C
TELEFONE 2661124

NOTÁRIO ESTAGIÁRIO: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º - A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dezanove de Julho de dois mil e vinte e um, de folhas 147 e Vº, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário Estagiário **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Paulo Mário Rodrigues Miranda**, falecido no dia treze de Setembro de dois mil e oito, em Epiny Sous Senart-França, no estado de solteiro, natural que foi da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com sua última residência em Epiny Sous Senart-França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como único e universal herdeira a sua mãe, **Paula Rodrigues**, viúva, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Achada Moirão, Tarrafal.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”. Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte e um.

Custas..... 1.000.00
Imp. de selo..... 200.00
Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)
Registada sob o n.º 509 /2021.

O NOTÁRIO ESTAGIÁRIO,

/ José Ulisses Fortes Furtado/

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO, PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C, - TELEFONE Nº 2661124



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C
TELEFONE 2661124



NOTÁRIO ESTAGIÁRIO: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e três de Junho de dois mil e vinte e um, de folhas 147 e 148, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário Estagiário **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Felipe da Silva**, falecido no dia doze de Novembro de dois mil e dez, na Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Praia, no estado de casado sob o regime de comunhão adquiridos com Maria de Brito Monteiro, natural que foi da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, com sua última residência Paiol, Praia, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **José Filipe da Silva**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Anselma Fortes Gomes, natural da Freguesia de Santa Catarina, Concelho de Santa Catarina, residente em Portugal, **João Pio da Silva**, falecido, e era casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Laurence Seguin, natural que foi da Freguesia de Santa Catarina, Concelho de Santa Catarina, com última residência em França.

No dia três de Dezembro de dois mil e quinze, em França, faleceu no Senhor **João Pio da Silva**, casado sob o regime de comunhão adquiridos com Laurence Seguin, natural que foi da Freguesia de Santa Catarina, Concelho de Santa Catarina, com última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Fabien da Silva**, solteiro, maior, natural de França, residente em França, **Wilfred Delgado**, solteiro, maior, natural de França, residente em França, **Adrien da Silva**, solteiro, maior, natural de França, residente em França, **Jean Kevin da Silva**, solteiro, maior, natural de França, residente em França e **Elsa Pater**, solteira, maior, natural de França, residente em França.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos Trinta dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte e um.

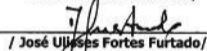
Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total.. 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 524 /2021.

O NOTÁRIO ESTAGIÁRIO,


/ José Ulisses Fortes Furtado/

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO, PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C,
TELEFONE Nº 2661124

Este espaço é para o
seu **pequeno anúncio!**



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º- A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 23.07.2021, de folhas 33 a 34 do livro de notas para Escrituras Diversas número 263, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic. em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Maria de Fátima Martins**, nos termos seguintes:

Que no dia onze do mês de maio do ano de dois mil e seis, na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, faleceu **Maria de Fátima Martins**, aos quarenta e oito anos de idade, no estado civil de casada com Filipe Alves Ribeiro, natural que foi da freguesia e concelho supra referidos, filha de José Rodrigues Martins e de Etelvina Lopes Martins Rodrigues, e que teve a sua última residência habitual em Fonsaco, Mosteiros.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros seus filhos: Rui Alex Martins Alves Ribeiro, solteiro;

Fábio Filipe Martins Alves Ribeiro, solteiro e Ivanide Fernandes Martins Alves Ribeiro, solteira; todos maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residentes nesta cidade da Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferam ou com eles possam concorrer à sucessão. Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 23 de Julho de 2021.

A notária,



Cátia Sofia Teixeira Andrade

CONTA: 46/2021

Art. 20.4.2.....1000\$00

Selo do Acto.....1.200\$00. -Importa o presente em mil e duzentos escudos.

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone – Fax – 2617935
– CP – 184, Avenida da China, Encosta de Achada
Santo António.
Notária: Lic.: Cátia Sónia Teixeira Andrade
NIF - 253331112

MISSA DO SEXTO MÊS



A esposa Maria, os filhos Marilena, Zezinho, Joaquim, Carminda, Luís, Zentóny, sobrinhos, netos e bisnetos; recolhidos e com profundo pesar, vêm por este meio, muito sensibilizados,

convidar aos parentes, amigos e pessoas das suas relações, a participarem na **MISSA DO SEXTO MÊS** que mandam rezar, **Sexta-Feira, 30 de Julho, pelas 07:00 horas da manhã, na Capela de Achada Santo António**, pela alma do seu sempre lembrado e querido Esposo, Pai, Tio, Avô e Bisavô, José Rufino Monteiro, carinhosa e familiarmente tratado por **DJEDJE DE CURRAL GRANDE - ILHA DO FOGO**.

Os mesmos aproveitam, uma vez mais, para agradecerem, profunda e reconhecidamente, a todas as manifestações de conforto, amparo e solidariedade que lhes foram apresentadas, por diversas formas e vias, aquando do falecimento, desse seu sempre lembrado ente querido.

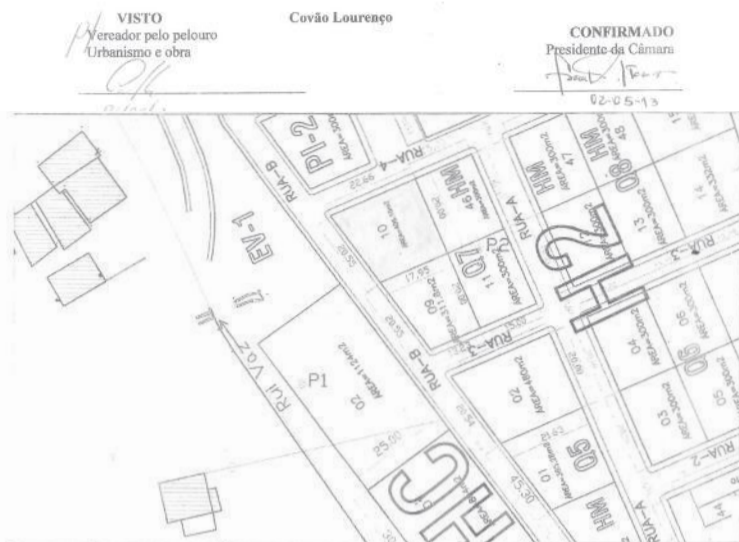
VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m2. Uso habitação Misto.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
PELOURO DE ORDENAMENTO TERRITÓRIO URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



VISTO Vereador pelo pelouro Urbanismo e obra
CONFIRMADO Presidente da Câmara

G.TÉCNICO
C.M.S.DOMINGOS

OBS:

PROP: Rui António Luís Lopes Umbelino

USO: Habitação Mista

Área Total: 406.10m2

URB. HM 07 10

DESEN. AFORZAMENTO DOAÇÃO Compra Ocupação Temporária

ESC: 1/1000

DATA: 07/03/2013

Nº de pisos: Cave, R/c + I (dois)

Contacto: 9995269



TABELA DE PREÇOS*

Classificados

- Anúncios com logós a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO

Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	40.000,00	30.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	22.000,00	15.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	15.000,00	11.000,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	11.500,00	8.500,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	6.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

www.anacao.cv/como-anunciar

email: comercial.grupoalfacv@gmail.com



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

SEXTA - 29 de Julho

MODERNA
Plateau - T: 261 27 19

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

SEXTA - 30 de Julho

CENTRAL
Plateau - T: 261 11 67

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

SÁBADO - 31 de Julho

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

DOMINGO - 01 de Agosto

AFRICANA
AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SEGUNDA - 02 de Agosto

AVENIDA
Fazenda - T: 261 36 90

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

TERÇA - 03 de Agosto

SANTA ISABEL
Largo Europa - Tel: 262 37 47

NENA
Mindelo - T: 232 22 92

QUARTA - 04 de Agosto

SÃO FILIPE
Ach. São Filipe - T: 264 72 56

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06